



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XIII

SUPLEMENTO

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 07 DE MAIO DE 2024

Nº 81

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA.....	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS.....	0966
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES.....	0968

TAQUIGRAFIA

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: discutir a situação da Estação Ecológica Soldado da Borracha, localizada nos Municípios de Porto Velho e Cujubim, no Estado de Rondônia.

EM: 17.04.2024

INICÍO: 19h43min

PRESIDENTE: SR. PEDRO FERNANDES

A SRA. MEIRY SANTOS (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, boa noite. Mais uma vez, sejam todos bem-vindos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento nº 934/2024, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Fernandes, que faz parte da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, após a aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para discutir a situação da Estação Ecológica Soldado da Borracha, localizadas dos Municípios de Porto Velho e Cujubim no Estado de Rondônia.

Agradecemos desde já a todos que nos prestigiam nesta noite, autoridades, imprensa, assessores, trabalhadores,

população em geral. Temos já na nossa Mesa o Deputado Estadual Pedro Fernandes, que é o proponente desta Audiência Pública.

Convidamos também o Excelentíssimo Senhor Lebrão, Deputado Federal da bancada de Rondônia, para compor a nossa Mesa.

Agradecemos à Deputada Estadual Gislaíne Lebrinha, que também já está compondo a nossa Mesa, e à Deputada Estadual Drª Taíssa, que também já compõe a nossa Mesa de Autoridades.

Agradecemos também ao Senhor Deputado Estadual Alex Redano, que faz parte desta Mesa e também presidiu ainda há pouco a nossa oitava.

Agradecemos e convidamos o Senhor João Becker, Prefeito do Município de Cujubim, para fazer parte da nossa Mesa de Autoridades.

Convidamos a Senhora Ana Cláudia Doré Gonçalves, Segunda Tenente Comandante da Polícia Militar do Município de Cujubim, para fazer parte da nossa Mesa.

Convidamos a Doutora Corina Fernandes, advogada da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rondônia.

Convidamos também o Senhor Paulo Sérgio Loose Benevitz, representante da Associação do Soldado da Borracha, para compor a nossa Mesa de Autoridades. Passo a palavra, neste momento, ao Deputado Estadual Pedro Fernandes para a abertura oficial desta Audiência Pública.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta essa Audiência Pública para discutir a situação da Estação Ecológica Soldado da Borracha, localizada nos Municípios de Porto Velho e Cujubim no Estado de Rondônia. Passo à Mestre de Cerimônias.

A SRA. MEIRY SANTOS (Mestre de Cerimônias) – Convido todos neste momento para, em posição de respeito, cantarmos juntos o Hino "Céus de Rondônia" (Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música do Dr. José

MESA DIRETORA

Presidente: MARCELO CRUZ

1º Vice-Presidente: JEAN OLIVEIRA

2º Vice-Presidente: RIBEIRO DO SINPOL

1º Secretário: CIRONE DEIRÓ

2º Secretário: JEAN MENDONÇA

3º Secretário: NIM BARROSO

4º Secretário: ALEX REDANO

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Depto. Legislativo - Miranilde Rodrigues do Nascimento Robles
Div. de Publicações e Anais - Whisraniely Alves do Nascimento

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 Porto Velho-RO



de Mello e Silva).

(Execução do Hino "Céus de Rondônia")

Peço gentilmente, ainda em pé, vamos receber o pastor Ênio, da Igreja Batista Nacional, que vai proferir este momento de oração e fé.

Pastor Ênio? Pastor Ênio pediu esse momento. Ele está aqui? Teve que se ausentar.

A gente vai dar continuidade ao nosso evento. O pastor chegando, a gente abre mais uma vez essa oportunidade, importante, até porque temos muitas famílias aqui que estão professando a sua fé para que essa Audiência traga resultados positivos.

Podemos todos nos acomodar.

Agradecemos e registramos a presença do senhor Marcelo Correa de Oliveira, Presidente da Associação dos Pecuaristas de Cujubim (Agropec).

Ao senhor Zoião (Uanderson de Souza), vereador do município de Cujubim.

Ao vereador de Rio Crespo, senhor Odair José Rodrigues.

Registramos e agradecemos a presença do senhor Reginaldo do Galo Velho, vereador do município de Cujubim.

Ao senhor Alécio Fernandes, vereador de Cujubim.

Ao senhor José Antônio Alves Rodrigues, assessor, representando o Excelentíssimo Deputado Estadual Delegado Lucas Torres.

Ao senhor Sailon Silva Santos, assessor, representando o Deputado Estadual Delegado Lucas Torres.

Valceni Doré Gonçalves, chefe de gabinete da Prefeitura de Cujubim.

Sérgio José Bonassi, Secretário da Agricultura do Município de Cujubim.

Janio Lopes Souza, o Zoca, Presidente da União das Câmaras de Vereadores de Rondônia – UCAVER.

A senhora Vanessa da Silva Temoteo, Secretária do Meio Ambiente do Município de Cujubim.

Senhor Andriw Oliveira, vereador do Município de Cujubim.

O senhor Gilmar Gomes, vereador de Machadinho D'Oeste.

A senhora Terezinha Bezerra da Silva, Secretária de Assistência Social do Município de Cujubim.

Senhora Renata Viana Ferreira, vereadora de Cujubim.

Senhor Gilvan Soares Barata, vereador de Cujubim.

Senhor Gilberto Leite Campelo, Defensor Público da Comarca de Ariquemes e Cujubim.

Senhor Herlon Pereira dos Santos, Presidente da Câmara dos Vereadores de Cujubim.

Senhora Lúcia Becker, Primeira-Dama do Município de Cujubim.

Senhor Haroldo Rodrigues Figueiredo, vereador de Cujubim.

Senhora Adrieli Roberto, Secretária de Esporte e

Lazer do Município de Cujubim.

Senhor Fernando Maciel de Andrade, Presidente da Associação dos Produtores Rurais e Pecuaristas Soldado da Borracha.

Senhora Evelin dos Santos, Secretária de Saúde do Município de Cujubim.

Senhor Clodoaldo Cezario Rosa Guerreiro, Secretário de Infraestrutura Urbana do Município de Cujubim.

Agradecemos a todos os vereadores presentes e demais autoridades.

Antes de falarmos um pouco sobre esta Audiência Pública e darmos a palavra aos representantes na nossa Mesa de Autoridades, eu quero convidar aqui o senhor Glerison, que vai contar um pouco da história do Soldado da Borracha.

O SR. GLERISON SOUSA - Senhoras e senhores, boa noite. Deputados e deputadas e também componentes da Mesa, boa noite.

No dia 20 de março de 2018, os deputados da Assembleia Legislativa aprovaram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 037/2017, com o intuito de restringir a criação de novas reservas no Estado de Rondônia. Anteriormente, o governo podia criar reservas por meio de Decreto. Contudo, com essa PEC em vigor, ficou estabelecido que novas reservas só poderiam ser criadas mediante Projeto de Lei, passando pela Casa Legislativa. Essa medida foi adotada para assegurar um debate adequado sobre o tema, possibilitando uma participação mais ampla da sociedade no processo decisório.

Decreto nº 22.690, de Criação da Estação Ecológica Soldado da Borracha:

Sabendo-se que essa PEC foi aprovada na mesma noite do dia 20 de março, antes que a referida lei fosse promulgada e publicada pelo Governador da época, na calada da noite publicou 11 Decretos criando 11 reservas aqui no nosso Estado, entre eles o Decreto nº 22690, de Criação da Estação Ecológica Soldado da Borracha, perfazendo uma área de aproximadamente 178 mil hectares. O processo de criação dessa reserva aqui foi tão mal feito que esses Decretos foram publicados sem a devida assinatura do Governador, configurando um vício administrativo que poderia invalidá-los.

Logo após esses acontecimentos, os deputados prontamente defenderam os interesses dos moradores e agricultores, publicando o Decreto Legislativo nº 243, para sustar os efeitos do Decreto nº 22.690, feito pelo então Governador. A Assembleia Legislativa tem consistentemente trabalhado em prol da população, lutando para desfazer medidas que não atendem aos interesses locais.

Infelizmente, o Judiciário não compartilha da preocupação que nós da Assembleia Legislativa temos com a nossa população e com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Nº 800913), o Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Rondônia suspendeu os Decretos que impediam o governo estadual de criar unidades de

conservação.

A medida cautelar concedida em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre a Lei Estadual nº 4.228, que proibia o Executivo de estabelecer tais unidades, suspendeu tanto a lei quanto os decretos da Assembleia Legislativa, que impediam a criação de nove unidades de conservação e regulamentavam duas unidades preexistentes.

A Lei Complementar nº 999, de 15 de outubro de 2018. Mesmo ano, no meio das mudanças governamentais por questões eleitorais, o novo governador apresentou então o Projeto de Lei nº 999, datado de 15 de outubro de 2018, visando extinguir a Estação Ecológica Soldado da Borracha, previamente criada pelo Decreto 22.690, de 20 de março de 2018, originalmente direcionada apenas à revogação da Estação Ecológica Soldado da Borracha.

A lei foi ampliada pelos deputados para abranger as outras dez reservas criadas, no mesmo dia, demonstrando assim um esforço conjunto para beneficiar todo o Estado.

Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Novamente, o Tribunal de Justiça de Rondônia concordou com o Procurador-Geral de Justiça, invalidando um ato normativo em questão, por ser inconstitucional, geralmente resultando na revogação ou modificação da norma.

A anulação se deu devido à constatação de que a área em questão é de propriedade privada, tornando inviável a criação da Estação Ecológica sem desapropriação.

Além disso, a ausência de indicação de fonte orçamentária para indenizar as desapropriações e presença de ocupação humana na área, o que é incompatível com uma Estação Ecológica.

Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade Cautelar foi aprovada em 5 de dezembro de 2022. O Ministério Público de Rondônia obteve unanimemente, no Tribunal de Justiça, a manutenção da criação da Estação Ecológica Soldado da Borracha, considerando inconstitucional o Decreto que tentava revogá-la.

A decisão confirmou uma medida cautelar anterior, enfatizando a posição do Judiciário de Rondônia nessa injustiça para com a nossa população.

A importância desta Audiência Pública é indiscutível, pois é aqui que demonstraremos nossa força e união, consolidando uma voz coletiva que exige ação. Com as assinaturas e o apoio dos presentes, estaremos habilitados a apresentar propostas concretas ao governo de Rondônia. Através disso, buscamos que ele elabore e encaminhe um Projeto de Lei à Assembleia Legislativa para revogar o Decreto que criou a reserva, e, assim, resolver definitivamente essa situação que nos afeta. Obrigado, senhores.

A SRA. MEIRY SANTOS (Mestre de Cerimônias) - Esta Audiência Pública é proposta pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Rondônia, tem o Deputado

Estadual Pedro Fernandes como Presidente, faz parte da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a criação de 11 unidades de conservação em Rondônia.

Aproximadamente mil famílias na região de Cujubim estão acompanhando de perto o trabalho realizado pela CPI, as quais foram afetadas diretamente pela criação das reservas.

Esta Audiência tem o objetivo de discutir uma solução para a Estação Ecológica Soldado da Borracha, que foi estabelecida em 2018 e localizada entre a capital — Porto Velho — e o Município de Cujubim.

A Estação Ecológica tem sido o centro de um impasse significativo, pois mais de 700 propriedades rurais foram afetadas pela sua criação. Os moradores afirmam não terem sido consultados antes da transformação da área em reserva.

Neste momento, passo a palavra ao Deputado Estadual Pedro Fernandes para conduzir esta presente Audiência Pública.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Primeiramente, agradecer a Deus pela oportunidade de estarmos todos reunidos. Quero, no início da minha fala deixar registrado a minha indignação.

Convidamos todos os órgãos que deveriam estar presentes aqui para ouvir: os órgãos de controle, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça; os órgãos do governo. Fizemos o convite para a Sedam e Ibama, para todos os órgãos estarem aqui presentes para ouvir o clamor da nossa sociedade. Mas, a gente faz o convite. Não têm a obrigação de virem. Mas, fizemos o convite. Deixar claro a todos.

Fizemos o convite também aos deputados da Assembleia Legislativa. Todos nos responderam. Alguns colegas estão em viagem, gostariam de estar aqui, mas temos um apoio unânime do Presidente da Assembleia, Deputado Marcelo Cruz, de todos os deputados que compõem aquela Casa. Estamos aqui representando, nós quatro, os deputados estaduais. E o Deputado Lebrão representando aqui a bancada federal, que tem também trazido aqui o seu apoio a esta Audiência Pública.

E também fiz o convite à Doutora Corina, representando aqui a OAB. Também ao representante da Associação do Soldado da Borracha, que está aqui, que também é interessado. E quero cumprimentar aqui o seu João Becker, que é o nosso prefeito municipal, que também está empenhado nesse trabalho. A Sargento Doré, que é a nossa Comandante, agora é Tenente, não é? Me perdoa. Subiu a patente. Tenente Doré, que é a Comandante-Geral aqui da Polícia do Município de Cujubim.

Quero agradecer à Deputada Gislaíne Lebrinha por estar aqui junto conosco também nessa Audiência. A Deputada Dr^a Taíssa, nossa deputada. E a todos que compõem o nosso trabalho, os nossos servidores da Assembleia Legislativa.

Essa Audiência Pública aqui, ela é oficial, é um ato da Assembleia Legislativa, trouxemos para cá para

a gente fazer, ouvir o clamor da sociedade e fomentar o processo tanto da nossa CPI — que tivemos aqui a reunião anterior — como da Audiência Pública para a gente fazer os encaminhamentos.

Algumas pessoas disseram que não tinha importância, que Audiência Pública não tem importância. Mas tem, sim, porque nós estamos coletando assinaturas para fazer o encaminhamento do relatório que vai sair daqui desse trabalho que estamos fazendo. O clamor do povo, da sociedade, tem que valer. E é por isso que estamos dando oportunidade para que as pessoas sejam ouvidas aqui.

Eu fui prefeito dessa cidade e sei o quanto foi prejudicada a nossa população com a criação dessa Estação Ecológica. E o povo não foi consultado à época. Nos autos do processo — não é, Doutor Doca? Quero agradecer, que está nos acompanhando — a gente, buscando informação, já percebeu que não foi ouvida a comunidade, não foi ouvido o povo que aqui mora, porque senão não tinha acontecido — não é, Deputado Lebrão? — essa criação dessa Estação Ecológica, atingindo diretamente as pessoas que vivem aqui.

Então, para dar continuidade, vou passar a palavra a alguns membros da Mesa, que estão aqui, para a gente dar os encaminhamentos, ouvir o que pode ser feito; ouvir as pessoas que estão presentes aqui e vieram, as autoridades participar dessa Audiência Pública.

Quero agradecer a cada cidadão, a cada cidadã que está aqui presente, que está confiando nesse nosso trabalho e nos ajudando, porque a presença de vocês aqui é muito importante para que a gente busque uma solução para o problema que está posto. E nós vemos que tem caminhos e vamos buscar eles.

Quero primeiro aqui passar a palavra ao senhor Paulo Sérgio, que é representante da Associação do Soldado da Borracha. E eu gostaria de pedir a todos da Mesa um tempo de cinco minutos para cada um. É o suficiente? Deputado Lebrão? Todo mundo concorda, os nossos representantes? Cinco minutos para cada um fazer a sua explanação, esclarecer os fatos. E quem quiser usar a tribuna ali pode ficar à vontade ou falar da Mesa. Vamos dar seguimento a nossa Audiência Pública.

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Boa noite a todos. Eu, como morador do Soldado da Borracha há muito tempo e também como uma pessoa que conhece a realidade de um agricultor. Desde criança a gente luta para ter o que a gente tem. E eu acredito que é a realidade de todos aqui dentro. Inclusive a gente fala assim, "pô", mas até o advogado Doutor Thiago - estava conversando com ele hoje - falou da história dele, que ele não nasceu advogado. Antes disso, ele já passou por muitas coisas que fizeram ele hoje ser advogado. Mas, ele também já teve o sofrimento dele, assim como eu, só que eu permaneci. Tive a oportunidade de estudar, mas eu permaneci na luta, na roça.

Primeiramente, eu queria agradecer por uma coisa que aconteceu aqui hoje. Parabenizar por essa

Audiência porque eu senti aqui duas coisas: muita organização, a importância que teve o que acabou de acontecer aqui, agora - e olha que eu não sou um cara, daquele tipo de gente, que eu sei como é que funciona a conversa da roça. Na roça vai falar: "Pô, veio aquele cara lá e puxou saco de político." E eu não estou fazendo isso.

Eu vou ser bem claro com vocês aqui, que se eu tiver que cobrar eu vou cobrar, entendeu? Eu preciso um pouco mais do que cinco minutos para poder falar, mas tudo que eu falar vai ser muito importante, muito importante. Inclusive, eu queria que as coisas que eu for apresentar aqui fossem anexadas à CPI, inclusive, os documentos que eu tenho - que é muito trabalho técnico, fiquei 15 dias trabalhando para montar isso aqui hoje para vocês.

Então, olha só, pela primeira vez, pela primeira vez eu escutei alguém, eu escutei alguém perguntar, alguém ouvir os moradores do Soldado da Borracha. Nunca tinha ouvido falar. Pela primeira vez, alguém me perguntou aonde eu moro. Nunca fui perguntado sobre isso. Pela primeira vez, alguém perguntou para mim: "O que você faz no Soldado da Borracha?" Nunca perguntaram para mim sobre isso.

As pessoas chegam para mim, hoje, e falam bem assim: "Pô, mas você mora no meio do mato, cara? O que você faz lá? Você é doido?" Eu não sou doido. Porque eu não moro no meio do mato igual é falado por aí. E eu posso provar, vou provar para vocês, agora.

(Apresentação de imagens)

Quando falam para mim aqui, eu até anotei para não esquecer, porque é muito importante. Eu estava aqui escutando o Hino de Rondônia e lá fala bem assim: "Nos orgulhamos de tanta beleza". Aí eu até fiz questão de colocar ali para vocês verem, olha o meu orgulho ali **(refere-se ao slide apresentado)**. Me orgulho de tanta beleza que está ali. Aquilo ali, gente, é a casa mais antiga do Soldado da Borracha para quem não conhece, se quiser conhecer, está lá para mostrar. É lá na minha fazenda, lá na minha terra.

Meu pai está ali. Eu estou, nesse momento, eu me desculpe, porque eu até estou emocionado porque é o seguinte, espera um pouquinho...

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Nós vamos na próxima reunião da CPI, anexar todo esse trabalho que você fez, Paulo. Pode ficar tranquilo aí, respira, que a gente sabe que isso aí mexe, realmente, com a essência e a vida das pessoas. É por isso que a gente está aqui, para ouvir. E você tem todo o tempo necessário para explicar a situação. Você é a pessoa que nós precisamos realmente ouvir, representando todos os moradores aqui do Soldado da Borracha, nessa Audiência Pública.

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Eu vi o meu pai trabalhar a vida toda. A vida toda. Acompanhei a luta. a gente começou em uma casa de tábuas, em um piso de terra, a gente não tinha nada. Eu nunca vi meu pai baixar a cabeça para nada na vida dele. E ele está ali.

Todo mundo o conhece. Tenho orgulho demais de falar da história da gente.

A gente saiu de uma miséria, que ninguém acredita. Trabalhei e não estou contando história. Para quem conhece a gente, chamavam a gente de louco: "Vocês trabalham demais. O que vocês querem da vida? Vocês são doidos. Aproveitem mais a vida".

Eu tinha 16, 17 anos. E eu não parava. Eu tive a oportunidade de estudar, eu falei: "Não, a minha história, a minha vida. A minha família lutou para eu ter o que a gente tem, eu não vou largar a mão. Eu vou ajudar a crescer mais ainda."

Comecei a trabalhar, eu tinha 11 anos de idade, vendia verdura em Ariquemes na rua, de bicicleta. A gente construiu uma história e aí, hoje, a pessoa chega para você e fala assim: "Pô, mas hoje você tem as coisas, veio de graça". Veio de graça de onde? Vê se alguém vai te dar, vamos lá agora. Quem tem aqui - se o cara tiver 10.000 alqueires de terra -, vai lá e pergunta para ele, se ele vai te dar 1.000 alqueires de terra de graça, porque ele gosta de você. Não vai! É comprado, eu tenho o contrato que eu comprei.

Foi lutado, entendeu? Não é um negócio que foi lá e brotou e alguém jogou lá. Foi luta, trabalhei das 06:00 da manhã - não é história, é verdade -, até 11:00 da noite. Não tinha domingo, não tinha feriado, não tinha nada, não tinha sábado. Meus amigos me chamavam final de semana para ir, para fazer alguma coisa, eu não podia ir, para ter aquilo ali hoje.

Comprei. Paguei mais caro do que muita gente pagou aqui, porque eu comprei uma terra com documento, que era derrubada antes do marco temporal; tinha cerca; tinha curral; tinha casa e tinha comprovação de tudo. Eu falei: "Eu vou em um lugar certo, não é? Vou lá no lugar certo." Investi tudo que tinha ali. Peguei as escrituras, fiz hipoteca no banco, comecei a colocar gado lá dentro, comecei a trabalhar.

Está louco? Meu plano era o quê? Eu vou chegar nos meus 29 anos, meus 30 anos, olha a história que meu pai, minha mãe, eu e meu irmão, a gente construiu, a gente vai ter as coisas.

Nunca na vida que a gente, eu não tinha dinheiro. Eu morria de vontade de comer pão de queijo. Vocês acreditam? Eu não tinha dinheiro. O dinheiro era contado para comprar o pão de cada um. Eu não tinha o dinheiro. "Pô, velho, olha aí o que a gente tem." Entendeu?

Passa as imagens para você ver. Essa aqui é minha fazenda. Olha esse curral, olha esse gado. Está vendo esse gado aí? Eu vou pedir para passar um pouco mais rápido. Olha aí, olha casa, também a outra, olha o gado da gente. Essa foto aí é muito importante. Essa foto aí, isso aí foi derrubada em 2006. Você não vê toco nessa foto. A cerca que está lá é antiga. Entendeu?

Olha o curral de novo. O curral, as galinhas. Essa aqui é a nossa casa hoje, este aqui é o lugar onde eu moro. Os porcos que a gente tem lá, olha. Olha vídeo, pode pular esse vídeo aí. Esse vídeo, isso é lá na minha fazenda.

Tem coisa mais linda do que essa? Eu não estou falando do boi, "olha que vaca bonita, olha que bezerro bonito". Eu estou falando da minha história, olha lá o que está ali ó, minha vida inteira, do meu pai, da minha mãe, de todo mundo está ali, não tem coisa.

Está escrito lá no Hino, "nos orgulhamos de tanta beleza", não tem beleza maior do que essa aí, não. É trabalho. Entendeu? É trabalho! Olha em casa lá. Gente, eu moro no paraíso, não tem lugar melhor do que isso, não. Não tem lugar melhor do que isso.

O chiqueiro dos porcos, das galinhas, o curralzinho lá para poder tirar o leite das vacas. O porco. Olha aí, para quem gosta de banha. A banha de porco que é a melhor saúde que tem. Isso é lá em casa. Entendeu? Isso é lá em casa.

Pode passar para parte do depoimento lá. Eu peço desculpa, que é um negócio que realmente a gente não consegue fingir isso aqui. Isso aqui é verdade. Isso aqui é uma coisa que não veio do nada, não veio de graça e eu me vejo aqui hoje em uma responsabilidade muito grande.

Porque assim, quando falaram "o Paulo vai falar". Eu falei: "Caramba, cara, como é que eu vou da história do..." Gente, desculpa, tem que falar por nome, mas é que a gente conhece por Negão Brasil. "Como é que eu vou falar da história do Negão Brasil, cara?" Entendeu? Eu falei aqui da história do Doutor Thiago. Ele contou para mim ali. Como é que eu vou falar da história do Doutor Thiago? Azulão? Fernando? Por trás do Fernando, para quem conhece, tem o Noli, olha a luta do Noli. Falei: "Como é que eu vou falar em nome desse povo todo?" O que eu preciso? Eu peguei e comecei a juntar argumentos. Vou juntar argumentos.

Eu vou chegar para vocês agora e mostrar a história do Soldado da Borracha como eu enxergo. Pula para a próxima página.

Para quem não conhece, para quem é da cidade e nunca ouviu falar como que aconteceu a história do Soldado da Borracha, eu vou explicar para vocês agora. Começou em 1970, um monte de conversa, estudo aqui, estudo dali, não sei o que, sobre o Soldado da Borracha dos anos 1970 ali.

Quando foi nos anos 1980, foi o Incra fazer um serviço de campo e começou a assentar esse negócio. Quantos de vocês tem na propriedade lá a marcação do Incra? Todo mundo tem, não tem? A demarcação de alumínio lá. Tem um memorial descritivo do lado, isso aí foi o Incra, foi o Estado que foi lá e falou assim: "Isso aqui a gente vai titular e isso aqui vai ter dono. Isso aqui vai ter dono." Isso aí é o memorial descritivo de 1982. Pode passar para a próxima.

Depois disso, o que acontece? A titulação de 1982 a 1984, né? Poxa vida, olha aí, agora saiu o Título. O Título tão sonhado, todo mundo fala. Aí, o que você faz? Você vai agora, você vai lá em Ariquemes, você vai em Cacoal, você vai em Ji-Paraná, você vai aqui em Cujubim. Pode passar.

Aí o cara chega para você e fala bem assim: "Não, mas aquelas terras lá, o Título foi dado para os

antigos soldados da borracha, os seringueiros, que o governo devia para eles e aí foi dada a terra para eles como uma forma de indenização". É o que a gente escuta.

E você vai lá e fala assim: "Poxa vida, mas como assim foi dado?" Eu quero que você dê um zoom ali na cláusula terceira, ali no canto, para eu ler para vocês o que está escrito no Título. Para ver se foi dado mesmo para galera. Olha lá, vamos ver agora.

"Em decorrência da presente alienação, o INCRA transmite o adquirente todo o domínio, direito e posse, ..." não sei o que lá, ... o preço do imóvel. Opa, foi de graça? Espera aí. Ué, mas se foi de graça, por que está o preço do imóvel lá no Título? Espera aí, agora você vai lá e você quer mexer com o seu Título, não sei quem mexeu com isso no passado, mas você ia lá para quitar o seu Título para você fazer sua escritura, o cara falou para vocês, "tem que pagar para quitar o Título." Mas, não era de graça? Espera aí, como assim? Não estou entendendo, não é? A gente escuta a história por aí: "Foi dado para o soldado da borracha..." mas, foi dado uma "vírgula". Está ali, né? Pula para o próximo agora

Olha aí o recibo de pagamento que o cara fez. Isso aqui é a prova de pagamento. Quer prova maior do que essa? "Olha, foi de graça". Pula para o próximo.

Aí vem lá para você agora e fala bem assim para você... Cara, eu tenho uma, desculpa, mas eu tenho uma raiva tão desgraçada do cara que chega para você e fala bem assim: "Pô, mas você comprou aquela terra, você sabia que aquilo não era para produzir boi". Aí você vai lá, você esfrega na cara do sujeito, você fala assim: "Espera aí, mas olha aqui o que está escrito no meu Título!" Dá um zoom de novo lá.

Olha o que está escrito no Título aqui: Cláusula 5ª do Título. Para quem não sabe, deixa eu falar isso, explicar isso aí para vocês. Existem — eu fui descobrir isso hoje — três tipos de Título: o Título de Domínio, o Título de Propriedade e o Título Definitivo. Cada um desses Títulos tem suas próprias regras. Se você recebeu um Título de Propriedade é uma coisa; Título Definitivo é outra. E cada um tem as regras dele para serem cumpridas.

Essas regras que são para serem cumpridas são chamadas de cláusulas. Quando você cumpre todas essas regras, você pode ir no cartório, que daí é feita a Escritura Pública para você. É assim que funciona. Eu estou resumindo para vocês a grosso modo, podia falar mil coisas, mas é isso.

Então, você só consegue a sua escritura se você cumprir todas as cláusulas do Título. Então, o que o Incra está dizendo aqui para a gente? Está falando bem assim: "Olha só, Paulo, você só vai conseguir a sua escritura, você só tem direito da sua propriedade se você pegar e fizer isso daqui: "o imóvel tem que se destinar à exploração agropecuária"." O imóvel tem que se destinar para a exploração agropecuária.

Mas espera aí, não é para isso. Está falando que ali é uma Estação Ecológica, que é só para... o que a gente faz? Vai catar castanha? Eu nunca catei castanha

lá. Só para eu comer, para vender eu nunca vendi, não. Então, é isso: exploração agropecuária, está escrito.

Então, para você conseguir a sua escritura, você tem que cumprir isso daí. O governo te cobra isso, ele te cobra, que você tem que provar lá que você tem uma ficha no Idaron, que você tem gado lá dentro, para você conseguir escriturar e a terra ser sua. E agora ele chega para você e fala que não é bem assim. Não é assim? Pula para o próximo agora.

Olha aí. Quantos? Eu não vou citar nome aqui, mas vou colocar o meu nome na reta. Vou falar aqui. Eu tenho financiamento na minha propriedade. Tenho financiamento na minha propriedade, mas, na hora que eu cheguei lá no banco, o banco só libera financiamento para a gente se tiver alguma ordem, alguma lei que permita.

Olha aqui o que está dizendo ali. Dá o zoom de novo lá para gente: "O Incra expressamente autoriza a constituição de hipoteca e garantia, e financiamento nas condições da entidade oficial do governo." Eles autorizaram eu fazer hipoteca da minha terra. A terra é minha, não é? Eu tenho direito de fazer hipoteca, eu posso dar ela de garantia para quando eu quiser.

É verdade aí (**respondendo à manifestação do público**). Por favor, gente, não precisa pegar não, mas... Fala, por favor, para o pessoal ver aqui quantas pessoas têm financiamento na propriedade lá? Fiquem de pé aí para a gente, fazendo o favor. Não tenham vergonha não, é verdade, vocês estão trabalhando. Olha aí (**referindo-se às pessoas que ficaram em pé**). Isso é só o que está aqui hoje. Isso aqui é gente que tem financiamento em cima da terra, porque...? O Zoca também. Isso é gente... Não é assim, Zoca? Isso é gente que pegou... o manejo do Zoca foi financiado, ele está dizendo aqui.

Aí você chega lá e você fala assim: "Mas, eu financiei, porque o governo permitiu, porque o Incra deixou." E agora? E agora? Nós não estamos falando aqui assim: "Pô, o Paulo está falando..." Aí, vai ter gente que vai falar assim: "Não, mas o Paulo falou besteira". Mas outro vai falar: "Não, o Paulo falou bonito". Mas, eu não estou aqui para falar bonito ou falar feio.

Eu estou falando que, amanhã e depois, eu vou chegar lá no banco e meu nome eu não sei como é que vai estar. O meu carro talvez vai estar bloqueado, a minha moto também. O dinheiro da minha conta vai sumir. Mesmo que o governo não vá lá, na minha casa, me tirar lá e falar assim: "Paulo, agora nós estamos aqui com a arma na tua cabeça e vamos tirar você daqui", mas ele me obriga a ir para rua e passar fome. Ele me obriga a ir para a rua passar fome, e detalhe: se eu chegar lá e ainda conseguir trabalhar e comprar um carro, uma moto, uma casa, alguma coisa, esse negócio ainda vai tudo para o ralo ainda, porque eu vou estar devendo no banco.

Se amanhã ou depois - e já aconteceu, gente, já aconteceu e eu estive presente na hora que aconteceu — o b Banco Central, que cuida do financiamento, chegou lá e cobrou o cara: "Em 24 horas você tem que pagar a

sua dívida". Eu vi acontecer. Chegar o e-mail do Banco Central falar bem assim: "Agora você tem 24 horas para quitar a sua dívida, porque o seu investimento, o seu custeio foi irregular. Você fez um investimento, um custeio em cima de uma Estação Ecológica". Você está errado. Não é o governo que está errado não, pô. É você que está errado. Entendeu?

Isso aí é sério. Isso aí acaba com a vida de qualquer um. A gente fica sem dormir. Você está com a dívida lá, você não consegue dormir, porque você fica pensando naquilo. Não tem preço. Não tem preço no mundo que paga isso aí. Não tem.

Eu moro dentro de uma casa que a minha mãe viveu 12 anos com depressão. Você vê uma pessoa sem dormir, que não consegue nem pensar direito, porque está com a cabeça cheia das coisas! Nós não estamos falando aqui só de uma coisa que: "Ah, vai falar bonito, vai falar feio". Não. É verdade. Dói.

Imagine agora: a sua mãe com depressão, querendo se matar dentro de casa. Você tem medo até de deixar uma faca lá na gaveta, alguma coisa exposta, porque, de repente, ela pode se matar, de medo de financiamento, de dívida e dessas coisas. Entendeu? Isso não é brincadeira. Não é brincadeira. Vamos para o próximo agora.

Foi recolhido imposto. Vai dizer para mim aqui, que vocês têm a terra do vocês, aí vocês ficam sem pagar imposto, ninguém nunca pagou ITR (Imposto Territorial Rural). Alguém sabe o que é que é ITR ou não sabe, aí? Você sabe, Fernando? Eu, eu sei bem o que é o ITR. Todo mundo sabe.

Nessa tecla aqui eu vou fazer uma comparação. Às vezes, tem alguém da cidade aqui que não sabe o que que significa. Eu queria fazer uma comparação bem simplória.

É o seguinte. Olha o que está acontecendo no Soldado da Borracha hoje. Deputado Pedro — desculpa, a gente fala às vezes direto, não é? — Mas vamos ao exemplo com o Deputado Pedro Fernandes, agora. Você tem a sua casa. Eu não conheço a fundo, mas eu acredito que você tenha a sua própria casa. Para você ter a sua casa, você teve que ir atrás, não sei, do Fernando, para comprar a casa. O Fernando tinha casa para vender, você queria comprar. Para você ter sua casa você teve que fazer o quê? Pagar ele.

Então, você já gastou dinheiro ali. Você pagou o Fernando para ter a sua casa. Na hora de pegar a casa para você, você teve que chegar lá e você teve que transferir ela. Para você transferir, você paga o quê? Imposto. Não é assim?

Depois que você está aí dentro da sua casa, aí você tem que pagar imposto todo ano: o IPTU. Não é assim? O ITR de uma propriedade é tipo o IPTU de uma casa. Todo ano a gente tem que pagar: CCIR (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural) e ITR. Aí, estamos lá desde 1982 pagando ITR, pagando imposto, transferindo terra, retransferindo de novo, vai para lá, vai para cá.

Aí, agora, você está lá na sua casa, você vai sair daqui agora da Audiência, você vai chegar lá na sua

casa e tem... Como é que é o nome da policial ali, da Tenente? Desculpa, Tenente. Com todo o respeito, tá? Aí chega o Deputado Pedro lá na casa dele, lá está a Tenente Doré, lá: "Ó, Pedro, aqui não é mais seu não, tá? Você não vai entrar, não."

Parece piada, não é? O cara chega lá na casa dele, comprou, pagou imposto, transferiu, pagou a casa dele; e ele não pode entrar. A primeira coisa que você vai falar: "Mas, poxa vida, a casa é minha, ué? O que eu vou fazer agora?"

Não é assim? Já seria terrível. O que você iria fazer? Você iria ter que morar na rua, Deputado Pedro? Você não teria outra casa. Não sei se é o caso, se você tem mais de uma casa ou não; mas, você só tem aquela casa, hipoteticamente falando. A pessoa chega para você e fala assim: "Você não pode entrar; não é mais seu.". Você vai morar onde? Você vai fazer o que da vida? Vai viver de parente agora? Não é assim que funciona? Mas, é muito pior quando você fala de uma propriedade rural. Muito pior. Porque o proprietário rural não é só aquele cara que está lá morando em cima da casa dele, não; ele vive daquilo!

O Deputado Pedro Fernandes aqui, com todo o respeito, de verdade, mas o Deputado Pedro aqui, ele chega lá, ele pega o salário dele lá no final do mês, ele vai lá e aluga uma outra casa, ele vai conseguindo se virar, ele vai conseguindo arrumar um jeitinho aqui, outro ali. Não é assim?

A gente... Ô Negão Brasil, responde para mim aqui, se hoje alguém tirar você de cima da sua terra, você vai viver do quê? Vai ter alguém para pagar salário para você? Você vai ter renda de onde? Então, e aí, o que é que a gente vai fazer? Vai passar fome ou vai roubar?

Não é assim? É isso que vai acontecer. É isso que vai acontecer. Passa para o próximo aí, agora.

Olha aí: comprovante de CCIR antigo aí. Pode passar.

Aí, aqui, é aquilo que eu já falei hoje. A minha terra, eu comprei ela - para não vir nenhum ambientalista que vai querer falar bonito e querer fazer glória - a minha terra é derrubada de 2008, olha aí a imagem de satélite aí.

A minha propriedade é 2008. É antes do macro temporal. Eu estou livre de multa, eu estou livre de embargo, graças a Deus. Paguei o preço por isso, mas eu estou livre. Se eu paguei o preço por isso eu tenho o direito de usar, não é assim que funciona? Próximo agora.

Olha aí, esse aí é um documento muito importante. Essa daqui é a minha ficha do Idaron, lá da propriedade. Olha a ficha de Idaron, a data da minha ficha de Idaron: 29 de maio de 2008. Em 29 de maio de 2008 foi feita a ficha do Idaron da minha propriedade. Eu vou encerrar rapidinho aqui. Pode passar.

Aí tem aquele cara que fala bem assim: "Pô, mas será que tinha gado lá mesmo?", "Será que o cara não colocou gado fake, lá? Gado de mentira, não é, na ficha? Só para poder enganar o governo?"

Olha lá: a assinatura do Idaron, do funcionário do Idaron que foi lá na propriedade, assistiu à vacinação lá na minha terra, em uma época que não tinha nem estrada, o cara tinha que ir pelo rio, subir à pé não sei quantos quilômetros lá para chegar lá onde estava o gado, lá no curral. E eu tenho documento disso aí anual. Todo ano tem uma vacina assistida lá, para quem quiser ver. Pode descer.

Olha aí: a minha Inscrição Estadual, de 2009 essa Inscrição Estadual aí. Eu não vou dar zoom porque vai demorar muito. É uma coisa que só depois quem quiser olhar, está livre para quem quiser ver. GTA (Guia de Trânsito Animal) da época. Olha aí o funcionário.

Hoje, isso aqui é uma coisa engraçada, porque assim, funcionário registrado da fazenda lá daquela época, lá antigo, 2009 isso aqui. Hoje, aqui eu topei com o menino que foi lá e fez a outra casa para mim lá agora.

Então, tipo assim, o que eu quero dizer com isso? O comércio, os autônomos, seja pedreiro, seja o cara que vai lá, vaqueiro, a cidade de Cujubim hoje, eu arrisco dizer, eu arrisco dizer que 80% ou mais do movimento da economia do Município de Cujubim depende do Soldado da Borracha por causa da movimentação. Já se fala de 175 mil cabeças de gado lá dentro. Isso não é brincadeira. Entendeu?

Isso aí são os recolhimentos de FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) dos funcionários que eu quis mostrar também. Pode descer. Esse é o relato fotográfico que eu acabei adiantando.

E uma coisa que eu acho engraçada, o Estado, ao mesmo tempo que isso é positivo, a gente fica pensando bem assim: o Estado esteve com a gente, vocês lembram, desde lá detrás quando o Incra foi lá e demarcou a terra. E ele, graças a Deus, porque foi uma vitória muito grande para a gente, que depois da criação da reserva, ainda foi lá e foi fazer a estrada para a gente. Então, o Estado está o tempo todo com a gente, trabalhando com a gente lá dentro.

E aí, para mim, uma coisa que eu quero dizer com isso, é que além de ser muito prejudicial, não faz o menor sentido o que está sendo feito. Você não consegue nem argumento para explicar de forma nenhuma.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Paulo, a gente vai anexar esses documentos aí na nossa CPI, tá? Vamos finalizar.

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Sim. Obrigado. Finalizado. Obrigado, gente. Deputado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Sim. Pode.

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Eu queria só fazer uma pergunta aqui assim, porque para a gente que é da roça, a gente escuta falar muito as palavras, mas a gente às vezes não consegue entender de forma clara muita coisa que é falada. CPI, que a

gente começou aqui hoje aqui.

Eu queria que o senhor falasse para o pessoal aqui que está presente, o que na prática significa essa CPI. Ela tem um prazo para ser concluída? E o que a gente, o que realmente se espera dessa CPI lá no final, quando chegar lá no final, o que na prática a gente vai conseguir fazer? Será que a gente vai conseguir voltar a fazer financiamento? A gente vai conseguir voltar a fazer Inscrição Estadual, ficha do Idaron, vai poder trabalhar? Eu queria saber, assim, se a CPI tem esse objetivo ou qual seria o objetivo, no final, da CPI? Qual é o prazo para isso acontecer? Obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Boa pergunta. A finalidade desta CPI é investigar o processo da criação das 11 reservas. E nós estamos tendo muito cuidado, junto com o Presidente Alex, eu vou até passar para ele, que ele está presidindo a nossa Comissão, para responder com mais precisão. Mas, o encaminhamento da CPI, ela tem os resultados e temos prazos. Vou passar para o Presidente.

O SR. ALEX REDANO - Quero parabenizar o Paulo. Foi muito importante a explicação dele, não é? A fala dele resumiu o sentimento de todos. E a CPI foi criada justamente para comprovar que a criação dessa reserva é nula.

Eu vou me estender aqui para vocês entenderem um pouco. Eu vou praticamente adiantar o que eu iria falar, que eu vou fazer o resumo da CPI, depois eu falo porque começou todo esse burburinho em 2018, que eu fiz junto com o apoio dos demais deputados uma lei proibindo criação de reserva, e por que eu criei a CPI. Eu criei a CPI porque em 2018, quando eu fiz esse Projeto de Lei mudando a Constituição do Estado, proibindo criação de reserva, por quê? Começou um burburinho de criação dessas 11 reservas, em 2018. Eu ouvi o burburinho. Doutor Doca fez o Projeto de Lei de mudança. Aprovamos na terça-feira, com apoio do Deputado Lebrão também. Da terça para quarta-feira, na calada da noite, literalmente, amanheceram decretadas as 11 reservas. Por quê? Porque se esperasse um pouco mais, seria promulgada a nossa lei. E a nossa lei é superior a qualquer Decreto, porque nós mudamos a Constituição do Estado.

Mudamos a Constituição do Estado terça à noite e no outro dia amanheceu decretado. Não deu tempo de fazer, na madrugada, todas as oitivas, as visitas, audiências públicas, estudo técnico. Eu tenho certeza que não deu tempo.

Só que não adianta a gente ter certeza, nós precisamos o quê? Provar. Então, a CPI é para isso, para nós provarmos para o Poder Judiciário que vocês não receberam visitas; que esses engenheiros, que constaram que fizeram esses estudos, ninguém conhece. Alguém conhece algum desses engenheiros que foram citados aqui? Ninguém!

Então, a CPI é para apurar isso. A CPI é para investigar duas empresas: Permiam e Biofilca, que ganharam

contratos milionários para exploração de carbono em nosso Estado. Já foram suspensos esses contratos. Agora, como é que funciona a CPI na prática? A CPI vai pegar todos esses depoimentos, pegar todas as provas. Nós temos o relator, que é o Deputado Pedro Fernandes. O Deputado Pedro vai apresentar esse relatório. Nós vamos aprovar esse relatório, e esse relatório será encaminhado ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, ao Tribunal de Justiça e nós vamos ingressar com ações judiciais pedindo a nulidade.

Qualquer lei, qualquer ato público que é feito sem obedecer ao devido processo legal, é um ato nulo. Então, na minha opinião, esse Decretos das 11 reservas, são atos inválidos, nulos, mas nós precisamos provar.

E eu sou muito transparente, eu sou muito sincero. Eu defendo várias regiões de reserva. Têm algumas que será muito difícil, por quê? Porque está em floresta, porque é realmente reserva. Agora, aqui, de vocês, é muita injustiça! Então, nós vamos lutar para comprovar que essa área está antropizada, tem moradores, tem Título, e foi feito de maneira errada. Obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Obrigado, Deputado Alex Redano pelo esclarecimento, e vamos dar continuidade. Quero convidar agora, a Doutora Corina Fernandes, que está representando a OAB, Seccional Rondônia.

A SRA. CORINA FERNANDES PEREIRA - Boa noite a todos. Quero cumprimentar o Deputado Pedro Fernandes; o Deputado Alex Redano; a Deputada Dr^a Taíssa e a Deputada Gislaíne Lebrinha, e o Deputado Federal Lebrão.

Cumprimentar o senhor João Becker, o Prefeito; cumprimentar a Tenente Doré; cumprimentar o meu colega advogado, o Doutor Doca, conhecido como Doca. Na pessoa do qual, quero cumprimentar os demais colegas advogados presentes. E quero cumprimentar, em especial, o Paulo que foi uma pessoa que deu uma explanação perfeita para ajudar a própria CPI instalada aqui.

A Ordem dos Advogados se preocupa com essa questão também, que a própria sociedade está sendo atingida com esses Decretos, que todos sabem que foram feitos do dia para noite, e que atingiram as pessoas. E conversando com o Deputado Pedro Fernandes, um dia em casa, ele falando dessas questões, e que estava preocupando muito essas reservas, que estão tirando o gado do pessoal, das propriedades, e desocupando as propriedades, e ele falando da preocupação.

E eu citei para ele o caso do Pará, no qual eu advogo no processo do Pará, que é muito parecido com a questão de vocês aqui do Soldado da Borracha, inclusive, nesse caso do Pará, houve uma Ação Civil Pública. Nessa Ação Civil Pública o pessoal, no desespero, fez associações; aí arrumaram advogado, e o advogado fez tipo assim, uma defesa genérica para todos.

Então, o que a gente aconselha - e até a OAB

tem essa preocupação -, porque o que está acontecendo muito: que têm advogados indo em associações, prometendo mil coisas para as pessoas, e vocês têm que ter muito cuidado, porque essas ações, o Estado está fazendo individual, não são ações coletivas.

Então, cada um tem que procurar o seu advogado. O que a OAB orienta, é que você procure o seu advogado de sua confiança e faça a sua defesa, conta a sua história, leva os seus documentos, como o Paulo demonstrou aqui, leva a sua documentação para comprovar que vocês estão na área anterior ao Decreto. E não sei se os senhores sabem que quando se cria uma reserva e nessa reserva existem Títulos, propriedades no local que tenha documentos, tem que haver a prévia indenização. Tem que indenizar as pessoas para poder elas saírem de lá e irem para outro local. E nesse Decreto não prevê nem indenização, ou seja, vocês vão ficar totalmente no prejuízo.

Por isso, eu parabeno a iniciativa da Assembleia Legislativa de instaurar essa CPI e investigar a fundo de como foi criado, para que os senhores possam na defesa de vocês, apresentarem.

O Deputado Pedro até pediu para que falasse desse caso do Pará. No Pará, entrou com uma Ação Civil Pública, porque lá foi criado um Decreto federal em cima de uma área que as pessoas já estavam há muitos anos. Uma área que não tinha mata. É igual o Deputado Alex falou: "Reserva de que? Só se for de capim, de café." Por quê? Como se reserva em um local que não tem árvore? Por isso que é feito o estudo antes para ver se realmente pode se criar a reserva. E nesse caso aqui, específico nesse, saiu a liminar dando prazo de 30 dias para a pessoa desocupar a terra voluntariamente, sob pena de multa de R\$ 5 mil por dia, se a pessoa não sair voluntariamente. E depois até a força policial para retirar todo o gado da propriedade, tirar a pessoa da propriedade, desocupar como se ele fosse um invasor. Aí, nesse caso, a pessoa me procurou. Eu entrei com o agravo de instrumento, provei por documento. Na verdade, ele entrou na área, e a adquiriu em 1996 e, dois anos depois, criou-se o Decreto. Eles só vieram tomar conhecimento da existência do Decreto com a Ação Civil Pública em 2021. Foi onde eu, com toda a documentação comprovando que ele está há mais de 40 anos lá no imóvel, e o Tribunal de Justiça, através do desembargador, ele suspendeu a liminar do juiz, e dando o direito da pessoa se defender e comprovar. Porque, uma das questões ditas na liminar foi que, o Estado não comprovou que indenizou a pessoa para ela desocupar a área. E isso está na liminar, que eu até trouxe aqui para os senhores, que quem quiser olhar vai ficar disponível. Porque essa liminar serve de base para outras pessoas, entendeu?

Inclusive, teve o pessoal que entrou através de associação, não obteve a liminar. Por quê? A pessoa, através da associação, falou de forma genérica e não demonstrou que a pessoa está lá anteriormente ao Decreto e que a área dela já estava toda derrubada, já estava com pastagem ou com lavoura, e isso cada um

tem que provar o seu.

Por isso que, a orientação é que cada um procure o seu advogado da sua confiança, leve a documentação para poder você fazer a sua defesa, entendeu? Então, esse caso é igualzinho o caso que está acontecendo no Soldado da Borracha. É o que aconteceu lá no Pará, onde foi o Decreto também. Esse Decreto, inclusive, essa associação entrou com uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) para poder revogar o Decreto.

Por quê? Esse Decreto também não teve um estudo da área para poder verificar a quantidade de moradores, se estava derrubada, se não estava. Não houve esse estudo da mesma forma, que ocorreu com o Decreto do Estado de Rondônia.

Então, senhores, o que a gente tem a passar para os senhores é essa questão de que vocês estejam munidos com toda documentação para provar que a área já estava derrubada anterior ao Decreto. Por que como se cria Decreto onde não tem a árvore, não é? A reserva não é isso? Então, como se cria? É isso que os senhores têm que comprovar e cada um fazer a sua defesa.

Deputado Pedro, isso é o que eu tinha para explicar para os senhores. Algum questionamento? Estarei à disposição.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Quero agradecer à Doutora Corina. Ela veio falar de um caso que aconteceu no Pará, eu achei importante ela trazer aqui nessa Audiência Pública, por quê? Se a gente tomar algumas providências antecipadas do nosso caso, não vai culminar na situação lá do Pará. A gente pode - igual ela estava me falando, alguns passos que a gente não pode errar como lá no Pará — não é, Corina? —, o que aconteceu lá.

Então, hoje a gente tem já um caso que a gente pode, o doutor aí, os advogados, o pessoal que pode pegar esse caso como base para dar uma olhada e orientar seus clientes, trocar uma ideia com a Doutora Corina, que ela está à disposição para conversar e falar sobre o caso específico.

Muito obrigado pela sua participação aqui. É de muita importância.

E vamos dar seguimento, porque o avançado horário. Quero pedir a todos os palestrantes para a gente ser breve no tempo, para a gente aproveitar esse tempo aqui. E a grande missão nossa aqui é que esta Audiência Pública tenha uma efetivação.

Quero pedir a todos que não assinaram ainda a lista, para que procurem o pessoal que está coletando assinaturas e assinem, porque é importante essa coleta de assinaturas aqui na Audiência Pública.

Quero passar a palavra ao nosso Prefeito do Município de Cujubim, o senhor João Becker. Por favor, senhor João.

O SR. JOÃO BECKER - Boa noite a todos. Quero aqui cumprimentar a nossa Tenente Comandante Doré; cumprimentar a Deputada Lebrinha pela presença; o nosso Deputado Federal Lebrão; a Deputada Dra. Taíssa;

o nosso Presidente da Comissão, o Deputado Alex; o nosso Deputado Pedro Fernandes, aqui do município, que está fazendo todo esse esforço para trazer essa CPI para cá, e a importância que isso tem com a presença de vocês.

Nós temos a Doutora Corina, também muito obrigado pela presença. E em nome do Paulo Sérgio, Presidente da Associação, quero cumprimentar cada um de vocês aqui presentes. Quero também cumprimentar a Câmara de Vereadores aqui presente, nossos vereadores de Machadinho também, tem alguns de Machadinho aqui, agradecer também a presença. Nossos amigos aí que vieram fazer visita aqui — não é, Marinho? —, muito obrigado pela presença.

E quero dizer para vocês, em poucas palavras, a importância que tem essa CPI, porque esse é o caminho correto, é o caminho que precisa ser traçado e é isso que está acontecendo aqui hoje. Porque, a partir disso aí, por causa disso... quando Deputado Pedro Fernandes, nosso deputado, pede para que todo mundo assine a presença, a presença de vocês é que vai validar esta Audiência Pública. Então, a importância de cada um não sair daqui sem assinar a lista de presença.

E agradecer a importância de vocês, Deputado Pedro e Deputado Alex, que é Presidente, de trazer esse trabalho aqui para Cujubim para ouvir a população. E o Deputado Pedro, ainda na época de prefeito, já corria atrás disso aí. E nós continuamos e o Deputado Pedro falou: "Eu vou fazer parte da Comissão da CPI na Assembleia". E está aí o empenho do nosso deputado, junto, presente, hoje relator da CPI.

Nós sabemos, hoje eu recebi, Deputado Pedro, o pessoal da Linha Ponto Oito, pessoal da Linha Ponto Seis, pessoal da 114, pedindo construção de escola, porque os alunos saem de lá três horas da manhã para vir até a escola onde estudam. E a gente ter que, muitas vezes, falar assim "nós precisamos de uma área regularizada". E hoje nós temos áreas regularizadas e somos impedidos de investir dinheiro público lá dentro. Então, nós não podemos baixar a cabeça. Temos que ter essa união frequente, dar apoio a essa Comissão em tudo que eles precisarem, porque esse é o caminho que pode levar a nós continuarmos produzindo lá. E o município precisa dessa produção. Nós não podemos parar com isso.

Então, é necessário o apoio a essa Comissão. É preciso que cada vez mais nós nos unamos e não baixemos a cabeça, porque é só assim, lutando; nada se ganha de graça. É preciso, muitas vezes, muita luta. Muito compromisso de cada um. Tirar o nosso tempo, sair das casas — como vocês saíram —, para a gente conseguir atingir o objetivo e ter direito de produzir e tratar dessas famílias; e produzir para tratar de muito mais famílias, que, através do esforço de vocês, através da produção vocês conseguem atender.

Muito obrigado. Agradeço de coração a cada um de vocês que aqui estão hoje. Peço a Deus que abençoe e dê coragem a cada um de vocês para não baixar a cabeça, para continuar trabalhando, para que

assim conseguimos vencer o desejo de alguns de tirar uma produção, que vai atingir muita produção que está comprovada, e tirar de uma terra que existe documento, como o Paulo, e a gente é conhecedor.

E eu vim aqui, eu moro na região antes de existir Cujubim. Tem 44 anos que eu moro nessa região. Eu acompanhei de perto. Isso é possível. É difícil, mas não é impossível. Depende de cada um de nós.

E agradeço novamente aos deputados aqui presentes em nome da CPI. Meu muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Muito bem, nosso Prefeito João Becker, que tem feito um trabalho excelente aqui no Município de Cujubim; e tem atendido todas as demandas desse nosso município. Quem foi prefeito sabe a dificuldade que a gente enfrenta, mas vamos avançando, sem medo, com determinação e atendendo o anseio da população.

Quero aqui agora passar a palavra para ela, uma amiga deputada que também tem defendido essa causa do meio ambiente. A minha amiga deputada, colega lá de trabalho, a Dr^a Taíssa. Advogada experiente, que tem contribuído muito com a nossa CPI e também com o andamento deste trabalho aqui.

Muito obrigado por estar aqui junto, uma hora dessa, longe de casa, mas lutando pelo povo de Rondônia.

Muito obrigado. Está com a palavra.

A SRA DRA. TAÍSSA - Obrigada. Boa noite a todos. A todas as mulheres aqui. Primeiramente, para não me estender muito no horário, gostaria muito de cumprimentar, em nome de todas as mulheres aqui, a Corina Fernandes, minha colega de advocacia, seja muito bem-vinda. Em nome de todas as mulheres, gostaria de te cumprimentar.

Em nome de todos os homens aqui, eu gostaria de cumprimentar o Marinho, meu parceiro lá, que a gente está nessa luta e dizer assim, Deputado Pedro, hoje é um dia de te agradecer pelo privilégio de estar aqui; de você ter sido o idealizador desta Audiência Pública, porque ninguém sabe o que calado quer, e a voz do povo faz as mudanças na legislação.

Por meio de você, Deputado Pedro, ao reunir toda a comunidade de Cujubim e toda a população que vem sofrendo em relação ao Soldado da Borracha, eu quero te parabenizar. Todas as terças-feiras, eu e o Pedro estamos juntos lá na Comissão de Meio Ambiente, lutando para que o povo trabalhador no Estado de Rondônia tenha dignidade e possa produzir, porque, infelizmente, hoje a gente tem uma lei — e, cada vez mais, outras legislações — que fazem o homem desistir do campo e a mulher também. E, infelizmente, a nossa economia só indo para o buraco. Essa é a realidade que a gente vivencia todas as terças-feiras e a gente vem sofrendo imensamente.

Eu sou lá da região de Guajará-Mirim. Vim aqui, porque a dor que vocês sentem é a mesma dor que eu sinto lá. E vocês ainda têm o privilégio de ter tido a

documentação. Nós nem temos; e vocês já devem ter visto vários vídeos aí, a população sofrendo, gado sendo retirado das propriedades, e o povo não sabendo o que fazer.

Lá na minha região o povo está passando é fome, porque as propriedades, a maior parte está com placa de venda, e todo mundo querendo ir embora para um outro país, porque infelizmente hoje no nosso país a gente não tem segurança jurídica. A verdade é essa.

E como advogada, doutora, eu me sinto envergonhada. Porque eu vou falar uma coisa, você ter um documento de uma propriedade rural, você passar a vida inteira, dar todas as suas economias ali, acreditando realmente que você vai dar uma garantia de futuro melhor para os seus filhos, e, no dia seguinte, vem uma outra lei dizendo: "Isso aqui não vale nada e você pode ir embora porque isso aqui não é seu."

Então, hoje, como advogada, ex-policial militar e agora parlamentar, a gente se vê todos os dias de mãos atadas. E pasmem! A vergonha ainda é maior, como o Deputado Alex Redano sabe, quando nós montamos a CPI juntos, a primeira coisa, é que entraram na Justiça para declarar inconstitucional a nossa CPI, sendo que nós estávamos discutindo reservas estaduais. E tem uma Ação de Inconstitucionalidade do STF (Supremo Tribunal Federal), através de um partido, para poder tirar a nossa autonomia de decidir e legislar dentro do nosso Estado, se nós somos deputados estaduais. E é uma vergonha, a verdade é essa.

E digo mais, Deputado Pedro, toda a Assembleia está com o senhor, meu amigo. E tanto pela região de Guajará-Mirim, a mesma situação que nós vivenciamos, como na região de Ariquemes, como na tua região aqui de Cujubim. E nós precisamos mostrar para todas as instituições e, principalmente, para o governo, porque a Sedam não está aqui. É uma vergonha, porque tinha que estar. A verdade é essa. Nós não aguentamos mais. Todas as Audiências Públicas que nós estamos promovendo dentro do Estado, os órgãos não estão e não estão para escutar a população.

Daqui a pouco a gente fala de fazer uma coisa lá na capital, aí acham que a gente está fazendo motim. Mas, não é motim, não; porque se eles não vêm escutar a população na ponta, a população se desloca, sim, para mostrar que a gente não vai ficar calado e que nós precisamos de mudança na lei. E aqui estão os deputados para apoiar vocês. Pode contar comigo, meu amigo. Obrigada.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Obrigado, Deputada Dr^a Taíssa.

Quero também aqui lembrar do Deputado Delegado Lucas também, que é lá do Município de Bunitópolis. Ele está em uma agenda em Brasília, mas era para estar aqui também. Ele faz parte dessa Comissão. E tem nos apoiado muito, porque também na região dele temos a dificuldade em Jaci-Paraná, Minas Novas, Rio Pardo.

Então a gente tem uma demanda enorme. É uma

responsabilidade muito grande que eu assumi quando eu fui escolhido pelos meus pares a ser Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Não é uma pauta fácil.

Muita gente pensa que a gente está fazendo politicagem, mas eu não sou candidato a nada esse ano — nem o Deputado Alex, nem o Deputado Lebrão, nem a Deputada Lebrinha, nem a Deputada Taíssa. Nós estamos no exercício do nosso mandato. Estamos fazendo a nossa obrigação. Estamos cumprindo o compromisso que o povo nos deu. Então, é por isso que nós estamos aqui trabalhando, fazendo o nosso serviço, usando as ferramentas que a lei prevê e nos dá para defender a vontade do povo. Mas não depende somente de nós; é um conjunto de poderes que tem, que todos têm que estar em harmonia e pensando no mesmo sentido para a gente avançar.

Então, estamos aqui buscando essa força junto com vocês e junto com meus colegas deputados para que a gente possa realmente construir um encaminhamento positivo para essa demanda, que é uma demanda pertinente. É uma demanda que realmente é cabível e que eu creio que nós vamos ter êxito no final de todos esses procedimentos.

Quero agora convidar a minha colega de Parlamento, uma deputada experiente, foi prefeita por dois mandatos na cidade de São Francisco do Guaporé. Quando eu era prefeito junto com ela, ela me ensinou muita coisa, aprendi muito, porque já estava antes que eu, já tinha uma experiência como prefeita. Foi nossa Presidente da AROM (Associação Rondoniense de Municípios). Cumprimentar o Marinho também, foi presidente da AROM, ex-prefeito de Machadinho D'Oeste. E é muito gratificante, Deputada Lebrinha, ter você aqui junto conosco, sempre nos apoiando nessas ações, e ajudando e trabalhando em benefício do povo do nosso Estado de Rondônia. A senhora tem a palavra.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Boa noite a todos. Dizer que é sempre bom estar aqui com muitos amigos aqui em Cujubim. Já conheço há muitos anos. Marinho, meu colega já prefeito juntos. Cumprimentar aqui a Tenente. Nosso grande Prefeito João Becker. Não é fácil a missão de prefeito. Em uma situação dessas ainda, a gente fica com uma sensação de impotência — não é, prefeito? —, mas parabéns pelo seu trabalho, sempre nessa luta, a gente vem acompanhando. Da mesma forma cumprimentar aqui a doutora, que está aqui presente. O Doca.

Cumprimentar aqui nosso grande deputado, hoje Deputado Federal Lebrão, que acho que todos aqui já conhecem bastante. E eu já acompanho essa luta, já desde quando era prefeita, como já citado aqui, em São Francisco do Guaporé, mas também como filha do Deputado Lebrão, que sempre foi um assunto lá em casa e de preocupação já há muitos anos.

Quero também cumprimentar nossos vereadores que estão aqui presentes. E a gente sabe o quanto é sofrido. E o Deputado Lebrão está quase toda semana passando por esse corredor. E não tem

uma vez que ele não passa o sentimento de angústia que vem acontecendo já há bastante tempo. E a gente acompanha essa luta.

Quero aqui cumprimentar meus colegas de Parlamento, Deputada Dr^a Taíssa, uma grande amiga, parceira. Parabéns pelo seu trabalho. Uma pessoa muito aguerrida e que tem nos ensinado muito na Assembleia Legislativa. Da mesma forma, nosso Presidente, eterno Presidente, que vai ser nosso Presidente, Presidente da CPI também, Deputado Alex Redano, que me orgulho muito. Tenho muita satisfação de estar trabalhando juntamente com o senhor, que nos ensina todos os dias. Deputado Pedro Fernandes, essa grata surpresa, que surpreende todos os dias a Assembleia Legislativa. Vocês têm aqui em Cujubim um grande deputado. Foi um grande prefeito e agora é um grande deputado. Parabéns pela iniciativa. E eu não poderia ser indiferente de estar aqui presente, Deputado Pedro, dar esse apoio para você. Eu que também tenho um “pezinho” aqui em Cujubim, apesar de não estar tão presente aqui - vêm me cobrando, os meus amigos, de eu estar mais presente aqui -, para estar participando com vocês. E a gente sofre, juntamente com vocês.

Cujubim que é uma fronteira, que vem aí se destacando muito no Estado de Rondônia, que todos estão querendo vir para cá, mas essa insegurança que gera aqui - como já disse aqui a Deputada Dr^a Taíssa -, essa insegurança jurídica que gerou aqui a reserva, nos dá essa frustração.

Mas, tenho certeza, que com a força dessa Assembleia, da CPI, a gente vai conseguir driblar e a gente vai conseguir sair vitoriosos. Não podemos perder a esperança. Eu vi muitos, quando a gente falou de estar fazendo essa Audiência Pública aqui, de estar montando a CPI, as pessoas sem esperança: “Ah, não vai resolver, não vai adiantar”.

Não, vai sim. Nós precisamos. E nós, políticos, estamos aqui, para expressar o sentimento que o Paulo aqui expressou por todos vocês. Nós estamos aqui para dar esse apoio e vou dizer para vocês: sim, há esperança e nós vamos lutar por vocês, nós vamos estar aqui, juntos. A Assembleia Legislativa, apesar de estarmos aqui com quatro deputados, mas toda a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia está junto com vocês nessa luta, e nós estamos aqui justamente para isso: ouvindo vocês; fazendo as perguntas aos moradores para que dê o encaminhamento documental necessário, para que a gente possa estar brigando por vocês e lutando por vocês. Essa luta é nossa também.

Então, pode contar com a Deputada Lebrinha, Deputado Pedro. Pode contar com toda a família Lebrão, nós vamos estar aqui junto com vocês, para lutar por essa causa. Eu tenho certeza que vamos sair vitoriosos e isso é importante. Vocês junto com a gente, presentes, e nunca desistindo de dizer que teremos logo a vitória disso tudo. Muito obrigada, boa noite a todos nós.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Obrigada, Deputada Lebrinha, pelas palavras e o

comprometimento com o seu trabalho, com o povo de Rondônia.

A gente queria abrir um espaço também, agora no final, para alguma pessoa que quiser se manifestar, levanta a mão que a gente vai pedir para o pessoal do Cerimonial para anotar o nome, para no final a gente abrir uma oportunidade também para que as pessoas que tiverem alguma dúvida, algum esclarecimento. O pessoal do Cerimonial vai pegar o nome de vocês aí. Porque a Audiência Pública para se complementar... pedir para o pessoal do Cerimonial ficar atento aí.

Eu quero agora passar a palavra para o nosso colega, amigo, presidente, sempre presidente da Casa, Deputado Alex Redano, que é um parceiro, sempre lutando por essa causa, não é? Foi ele quem foi o idealizador da PEC para barrar os Decretos e teve o apoio de todos os deputados, na época, da Assembleia Legislativa - Deputado Lebrão era Deputado Estadual; Deputado Maurão de Carvalho e tantos outros que lutaram por essa causa.

A gente tem que reconhecer que eles fizeram a parte deles, fizeram o papel. Não tiveram êxito porque os "caras" foram mais rápidos. Na calada da noite, fizeram os Decretos, atropelando todos os critérios. É isso o que nossa CPI vai provar e a gente vai ter êxito nesse processo tão difícil, não é, Deputado Alex? Mas, vamos lutando até o final. Está com a palavra, meu amigo.

O SR. ALEX REDANO – Obrigado, Deputado Pedro. Como eu me alonguei na resposta do porquê da CPI e o avançar das horas, eu vou ser mais rápido.

Quero aqui cumprimentar os amigos presentes. Cumprimentar aqui, em nome do Ivan de Lara, toda a mídia presente. E mais uma vez, em nome do Vereador Barata, cumprimentar as demais autoridades. Tenente Doré, obrigado pela presença; Prefeito João Becker; meu grande amigo, Deputado Lebrão. O Deputado Lebrão é um grande lutador do Soldado da Borracha, um grande defensor. Deputada Lebrinha, também, sempre defendendo essa causa; a Deputada Dr^a Taíssa muito focada, muito dedicada, membro oficial da CPI.

Quero agradecer mais uma vez ao Paulo, seu depoimento será anexado, as suas filmagens, e isso vai nos ajudar muito. E aproveitar aqui a fala do Deputado Pedro, e antes, cumprimentar aqui a Doutora Corina, minha amiga há muitos anos, grande advogada; o Doutor Doca.

E o Deputado Pedro, gente, o Deputado Pedro, a gente é amigo desde moleque, do tempo de adolescência. E o Deputado Pedro, quando a gente se elegeram juntos, ele falou: "Ó, se você for candidato, eu vou votar para você." Eu não precisei pedir voto para o Deputado Pedro, Marinho. Então, eu falei: Rapaz, só assim..." Ele falou: "Não, a gente é amigo, confio em você". E eu nunca esqueço: "Eu quero que você me ajude a defender a minha região". E eu estou aqui, pela nossa amizade também, e pela população, por esse projeto grandioso.

Então, Deputado Pedro, você é um cara do

bem, uma pessoa com uma humildade tão grande que as portas se abrem para você, devido a sua humildade. Você é um cara competente, dedicado e Cujubim está muito bem representado, meu irmão.

O Soldado da Borracha, de todas as demais reservas é onde eu tenho a maior esperança, porque aqui também é a maior injustiça. O Paulo deu exemplo real. Você comprar uma casa documentada, você pagar, você estar tranquilo com a sua família e o governo falar: "Essa casa não é sua mais, aqui a gente vai fazer uma reserva onde é sua casa".

E é exatamente isso que aconteceu. E na calada da noite mesmo - está aqui Adriele, nossa Secretária de Esportes, parabéns pelo trabalho aqui no município -, terça-feira aprovou-se a PEC, mudou-se a Constituição do Estado, a lei mais forte que tem, terça à noite. Para no outro dia a gente promulgar, porque tem que ter o prazo para promulgação. Na quarta-feira cedo: as 11 reservas.

Então, gente, não foi feito estudo, ninguém aqui conhece nenhum. Gente, não existe. Então, nós precisamos provar essa nulidade e conseguir realmente que vocês durmam tranquilos, tenham segurança jurídica. Porque, hoje é muito difícil você investir, você comercializar e as pessoas falam: "Ah, mas aqui é uma reserva". E eu sempre falo: só se for reserva de café, de lavoura, de pastagem. Então, os deputados, mesmo os que não estão presentes, Deputado Delegado Lucas, deixa um abraço para vocês. Ele está muito empenhado nessa causa também, ele está em outro compromisso. Mas, nós estamos focados e dedicados.

E eu, Zoca, eu tenho esperança, tenho esperança que nós vamos conseguir vencer, principalmente unidos com todos. A bancada federal está nos representando muito bem, pelo Deputado Lebrão. Tenho certeza, o que o Deputado Lebrão puder fazer, junto com os demais pares, para ajudar, vai ajudar essa causa.

Eu creio que, se a gente focar, semanalmente, eu creio que uns 90 dias a gente termina a CPI. Eu quero que vocês entendam que não adianta a gente atropelar. Se tiver um erro, um erro, a Justiça pode anular tudo. E nós estamos passando, gente - não adianta tapar o sol com a peneira -, por momentos sombrios.

O governo federal, em sua grande maioria, não vê com bons olhos essa questão ambiental. Os próprios órgãos de controle. Então, nós temos que ter perseverança, não errarmos e estarmos unidos, mas eu tenho fé em Deus que vamos conseguir a vitória. Meu muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Quero agradecer o apoio do nosso amigo, Deputado Alex Redano. Ele realmente tem o empenho, a gente tem que reconhecer esse trabalho que ele fez todo o tempo lá.

Quero cumprimentar aqui o Presidente da Câmara de Vereadores de Cujubim, o Vereador Herlon; está ali o Vereador Zoião, também aqui presente; o Gilmar, vereador lá de Machadinho D'Oeste aqui representando também, tem uma parte lá também que

atinge a região do município dele.

O Zoca, que é o Presidente dos Vereadores do Estado. Ele foi vereador e teve a honra agora de assumir a UCAVER; o Andriw Oliveira, que é nosso vereador aqui do Município de Cujubim; o Vereador Gilvan Barata; o Vereador Alecio Pretinho, que está sempre com a gente; o Vereador Adeilton e todos os vereadores, autoridades que estão aqui presentes, muito obrigado.

O Fernando, que é o lutador ali, que sempre está à frente, sempre conversando com a gente, referente à questão do Soldado da Borracha também. A gente tem visto o seu trabalho, a sua dedicação, e eu tenho um grande respeito, amizade e admiração pelo Fernando e pela forma que ele conduz com sabedoria a questão, porque não adianta muitas vezes força. Muitas vezes a gente ganha no jeito, e é através do jeito que nós vamos trabalhar, com sinceridade e responsabilidade.

Agora, quero passar a palavra para alguém que tem muita experiência, que é o Deputado Lebrão. Ele é um lutador dessa causa e de todas as causas do Estado de Rondônia. Deus abençoou que ele foi para Brasília, é um deputado federal. E a Deputada Lebrinha ficou, ocupou ali com grande mérito a cadeira que pertencia ao Deputado Lebrão.

Mas, o Deputado Lebrão está muito inteirado do assunto. A gente conversou muito, temos alguns encaminhamentos dessa reunião, dessa Audiência Pública. E eu vou deixar para ele falar e expor o pensamento, a ideia, e usar o poder que ele tem como Deputado Federal e como um político que tem influência no Estado de Rondônia, por ele ser do partido do nosso Governador, por estar sempre na base ajudando. E ajudar a gente a conduzir junto ao Governo do Estado, junto com o Deputado Alex, junto com a Deputada Dr^a Taíssa, a Deputada Lebrinha e todos os nossos colegas deputados, o avanço dessa pauta dentro do Governo do Estado também. Deputado Lebrão, a palavra está com o senhor.

O SR. LEBRÃO – Boa noite a todos. É uma satisfação muito grande participar dessa agenda positiva hoje para que a gente possa buscar um encaminhamento que venha a atender à altura das pessoas que, lamentavelmente, hoje sofrem com esse problema que nós temos em nível nacional e legislação ambiental. Sem dúvida nenhuma é o tema mais discutido em nível mundial. Mas, cabe ao poder público e político resolver esses problemas que assolam o Brasil de uma maneira geral, que é resolvido no Congresso Nacional. Mas, em especial, nós aqui de Rondônia temos que resolver os problemas criados através de político aqui no Estado de Rondônia.

Faço uma saudação especial ao meu grande amigo, o Deputado Pedro, que faz um brilhante trabalho, Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Eu tive a oportunidade. Está vencendo agora o meu prazo como Vice-Presidente, na Câmara Federal, da Comissão de Meio Ambiente, e a gente tem, hoje, que buscar realmente contrapor a imposição internacional que

assola nosso país de maneira geral e resolver os nossos problemas. Isso, no meu entendimento, reconhecendo e respeitando a opinião de todos. Só vai ser resolvido através da política, não existe outro caminho.

Faço uma saudação especial aqui à Deputada Lebrinha. A mãe dela fala que é minha filha, eu registrei, e eu espero que ela faça um grande trabalho no Legislativo do Estado, assim como ela fez no Executivo lá do Município de São Francisco, na AROM (Associação Rondoniense dos Municípios) e também no Consórcio.

Deputada Dr^a Taíssa, grande advogada, uma grande surpresa também na política do Estado de Rondônia, Guajará- Mirim para o Estado, e futuramente nós iremos ver grandes voos de Vossa Excelência. É sempre uma satisfação fazer parte do seu grupo também de amizade, e parabenizar pelo trabalho que faz.

O Deputado Alex Redano, meu amigo, não é só meu amigo, ele é como se fosse um filho mais velho meu. Tenho um respeito muito grande. Presidente da Assembleia, fez um excelente trabalho. Presidente desta CPI, muito bem coordenada sob a batuta do Deputado Pedro, e tenho certeza que está sendo feito com responsabilidade, com coerência para que a gente possa trazer um resultado positivo, e consiga atingir o objetivo que todas as pessoas esperam.

Da mesma forma, o senhor João Becker. O Senhor João Becker, quando eu realizei a outra Audiência Pública, eu ainda não o conhecia muito bem, o nosso querido prefeito. E hoje está aí, mais uma vez em um ponto estratégico, no olho do furacão, porque Cujubim está no centro da discussão. Embora essa reserva, essa “estação ecológica” divide o Município de Cujubim e o Município de Porto Velho. Sem dúvida nenhuma, o senhor está com a “batata quente nas suas mãos”, e pode ter certeza que nós vamos procurar resolver da melhor forma possível.

Doutora Corina, representando a Ordem dos Advogados, que deu o seu parecer jurídico sobre a situação. É muito importante a participação de Vossa Excelência aqui hoje para a gente discutir e chegar a um denominador comum.

Paulo Sérgio, que é o nosso representante da Associação. Fez a sua exposição, se emocionou. É natural isso daí, porque, quando a cintura aperta, ele tem que espirrar, porque senão a gente perde tudo aquilo que a gente conquistou ao longo de nossas vidas, e nós não queremos que isso aconteça.

Meu amigo Marinho, grande Prefeito de Machadinho, prazer imenso estar com você aqui. Cumprimentar todos os vereadores, em nome do Adeilton.

Doutor Doca. O Doutor Doca é o revisor dos projetos que eu faço na Câmara Federal. Eu apresentei um projeto fazendo alteração do Código Florestal para nós não fazermos o caminho de volta de onde nós viemos para ocupar a região Norte do Brasil. Se nós não aprovarmos, nós faremos o caminho de volta. É lamentável você ouvir nas redes hoje, todas as redes em discussão nacional, internacional, os veículos de

comunicação, veem o barulho que acontece na França, Doutora, o pessoal fazendo "tratoço", brigando, porque acha muito conservar 4% do território nacional. Mas, querem a conservação de 80% do nosso território aqui. Então, eles querem mandar e estão mandando no nosso país. E nós não podemos nos acovardar.

Tenente, em seu nome, cumprimentar todos os nossos valorosos policiais militares. Nós temos que mostrar a nossa força.

Nós não podemos deixar de maneira nenhuma que o Brasil pare de crescer, porque o Brasil só cresce para o Norte. E qual foi a maneira que fizeram para travar o crescimento, porque nós somos os maiores produtores de quase todos os produtos agrícolas em nível mundial? Exatamente isso aí, Deputado Alex Redano, travando isso daí.

Então, nós estamos num momento, um momento difícil que nós passamos na política. Nós não vivemos hoje uma democracia. Nós não vivemos um comunismo, nem um socialismo. Nós vivemos agora, a administração está sendo feita pelo Poder Judiciário. Lamentavelmente, o Congresso Nacional aprova as leis e é derrubado no STF. Só que isso está com os dias contados.

Nós temos uma oportunidade, Deputado Pedro, Deputada Dr^a Taíssa, Deputada Lebrinha e outros deputados que agora ocupam assento nessa legislatura —, de fazer a transformação que nós também já estamos fazendo lá no Congresso Nacional de uma maneira geral. No meu entendimento aqui está uma CPI que foi muito bem colocada, não vou repetir nem uma palavra mais. Inclusive, eu quero fazer uma solicitação, Deputado Pedro e o meu amigo Deputado Redano, da cópia da Ata da Taquigrafia e do áudio desta reunião, porque ela vai também para a Comissão de Meio Ambiente lá em Brasília, para eles conhecerem os problemas que nós temos aqui em Rondônia.

Essa parceria é da maior importância, porque nós fizemos uma Audiência Pública aqui, que teve 837 assinaturas, Deputado Pero. Você participou, Deputado Redano participou, Deputado Adelino Follador, meu querido João Becker; e que nós apresentamos para o Governador; e que nós cobramos diuturnamente, encaminhando o que ele precisava fazer.

É muito simples resolver esse problema. Não é difícil resolver. Projeto de Lei Complementar que só pode ser feito pelo Poder Executivo, Doutor Doca.

E aí, "a batata quente" sai da mão do governador e vai para a mão do Legislativo. Aí, nós teremos lá um Projeto de Lei Complementar que precisa de dois terços, mas terá os 24 votos lá do Parlamento. E quando acontecer isso aí, vocês sabem quando é que o Poder Judiciário do Estado de Rondônia vai tentar derrubar através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade? Nunca.

Quero fazer uma comparação. Por exemplo, aqui, vocês estão acompanhando no Congresso Nacional: o que é que aconteceu com o marco temporal? Muito simples o que aconteceu com o marco temporal.

Nós aprovamos na Câmara dos Deputados, passou para o Senado Federal; o STF, quando viu que nós aprovaríamos no Senado, entrou. E aí, eles diretamente já deram autorização julgando, liberando para criar novas reservas indígenas de 2008 para cá, depois da Constituição.

O que é que aconteceu? O Senado aprovou. Voltou para a Câmara. Foi para o Presidente da República e ele vetou, Doutor Doca. Ele vetou. O que é que aconteceu no Veto do Presidente Lula? O projeto volta para uma discussão e uma votação no Congresso Nacional: Senado e Câmara. Nós derrubamos o Veto do Presidente, sancionamos a lei e homologamos a lei.

E aí? O STF entrou com alguma ação, Doutora? Não entrou e nem vai entrar. Quem tem que criar, quem tem que elaborar, quem tem que revogar é o Poder Legislativo, que manda nesse país. A responsabilidade desse projeto é da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Vocês têm 24 autógrafos que vão resolver esse problema.

E nós vamos fazer a pressão que tem que ser vista e feita, e que hoje eu estou aqui representando a Câmara Federal, para que o Governador mande esse Projeto de Lei Complementar para ser apreciado no Parlamento Estadual.

E, certamente, vocês vão ver uma vitória esmagadora para acabar de uma vez por todas com essa mazela, com essa falta de responsabilidade, com essa falta de gerência, com essa insegurança jurídica que nós temos hoje no nosso país.

Isso só se resolve através da política. E vocês, e nós temos a responsabilidade. Tenho certeza de que quase todos vocês acompanharam ontem a votação do regime de urgência para acabar, para eliminar o MST desse país, para banir as invasões de terra. E na próxima terça-feira vocês vão ver esse projeto aprovado no Congresso Nacional: na Câmara, e, logo em seguida, no Senado. E não tem Presidente que vai dar conta de vetar. Se vetar, vai ser derrubado. Ou sanciona ou nós derrubamos.

Então, hoje nós temos isso aqui ó, isso aqui é uma arma terrível. Falava hoje com o Barreto, falava aqui com o Maninho, pessoal coloca, você vota numa coisa, sai uma informação desvirtuada, o pessoal não tem conhecimento e sai fazendo besteira por aí, levando, mudando a cabeça da população. Nós não podemos. Nós temos que ter conhecimento.

Nós temos que cobrar daqueles que através do voto vocês outorgaram o direito para representar vocês em todas as esferas. Na esfera municipal, o seu João; na esfera estadual, nós temos grandes deputados que estão aqui; e na esfera federal, vamos cobrar dos deputados, dos senadores, aquilo que é de interesse para as pessoas, homens e mulheres de mãos calejadas que vieram, como eu vim para Rondônia, puxando cacaió aqui no começo dos anos 1980. E nós resistimos. Resistimos à malária, resistimos à leishmaniose.

Tem que parabenizar o Incra por todo esse assentamento que foi feito do Soldado da Borracha, Rio

Preto, Jaquirana, que, lamentavelmente, hoje, por falta de compromisso da comunidade política, infelizmente, transformaram em reserva lá no passado através do ex-governador Valdir Raupp, em cima de uma coisa que não ajudou nada o Estado, que foi a criação da — até esqueci o nome como chamavam lá —, quando ele fez a criação das reservas através de um financiamento do Banco Mundial, o Planaflo (Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia), que fez acontecer todas as mazelas e as desgraças que estão acontecendo até hoje no Estado de Rondônia. E nós temos que mudar isso aí. Deputado Pedro, eu fui Presidente da Frente Parlamentar Internacional do Brasil e Bolívia, e nós usamos o zoneamento do nosso Estado, e apresentei no Departamento do Beni. Eles aprovaram com um ano, deram um show nas políticas do Estado de Rondônia, deputado. Nós acompanhamos de perto. Então, nós temos que fazer a nossa parte. Nós temos aqui uma ex-reserva extrativista, totalmente antropizada, que tem que ser extinta. Porque no zoneamento - o que diz o zoneamento socioeconômico e ecológico? - é que a cada dez anos nós temos que fazer a revisão dele.

E o que foi feito na revisão do zoneamento do Estado? Nós alteramos, eu fui. Aliás, a Emenda do Soldado da Borracha, do Jaquirana e também do Rio Preto foi emenda do Deputado Lebrão. Nós alteramos, colocamos na zona produtiva. Tiramos o extrativismo, porque em 100 alqueires de terra, em 200 alqueires de terra, em 42 como é o Rio Preto, qualquer pessoa que falar que vai viver de extrativismo ele mata a família dele de fome; ele vai roubar; ele vai traficar, porque não compensa ficar em uma propriedade rural.

Então, isso se resolve agora. E por que o Governador não encaminha a terceira aproximação do zoneamento socioecológico, que lá já está alterado o Soldado a Borracha?

Deputado Pedro, pressão, pressão absoluta. Nós estamos no momento certo, nós estamos no momento de cobrar, de exigir e de fazer parceria com responsabilidade. Nós já o fizemos no passado, mas o Poder Judiciário vem aí derrubando. Não se coloca mais nenhum ministro do STF a partir de agora, Zoca, se não for por competência, por currículo. Quem vai avaliar agora é um chamamento público pelo Congresso Nacional. Os últimos que entraram foram indicados pelo Presidente Lula e vocês estão sabendo o que está acontecendo lá. Mas, isso aí agora começa a mudar.

Agora você não consegue desmanchar toda essa palhaçada — que eu chamo de palhaçada — feita por políticos que votam por qualquer tipo de outra coisa, que eu nem vou dizer aqui, mas ele não tem responsabilidade com o voto dele. Se for para dar uma taxa de sacrifício, o camarada não tem coragem de ir votar, Deputado Pedro. Eu nunca corri da raia. Deputado Alex Redano, nunca vi você correr da raia.

Quando nós tivemos que dar taxa de sacrifício, nós demos a taxa de sacrifício. Mas, quando foi para decidir o que era melhor para Rondônia, nós sempre estivemos na linha de frente. E é assim que a gente

tem que começar, aliás, já começamos, nós temos que avançar cada vez mais.

Código Florestal, falei aqui. Nós temos de alterar o Código Florestal e vamos alterar o Código Florestal. Tudo aquilo que não passava, hoje está passando no Congresso Nacional. Não adianta falar. O radical de esquerda, o radical de direita, quem manda no Congresso Nacional é a linha de centro. O que aconteceu na BR-319, que todos falavam que é impossível de fazer a pavimentação dela? Eu fui o relator na Comissão de Meio Ambiente. E o que aconteceu? Nós aprovamos em regime de urgência e aprovamos no mesmo dia a liberação. Está liberado para fazer a pavimentação da BR-319 que vai ser da maior importância para o Estado de Rondônia.

Então não interessa. Do jeito que vier nós temos que contra-atacar. E é isso que nós estamos fazendo no Congresso. Tem muita coisa para que a gente possa ainda fazer os nossos trabalhos, mas eu peço encarecidamente, Presidente Alex Redano, meu caro relator Deputado Pedro, na hora de finalizar essa CPI, que é da maior importância - e vocês estão tendo o carinho, o cuidado, a responsabilidade, muito bem assessorados pelo Doutor Doca, realmente não pode errar-, mas eu quero pedir, pelo amor de Deus, quando vocês emitirem o relatório final, peçam imediatamente a prisão do Coronel Vilson, bandido do Estado de Rondônia, que fez a criação dessas reservas; do Salles, que era da sua cidade, lamentavelmente era o adjunto, que também fez a mesma coisa.

Eu até acho que o Confúcio Moura confiou demais naquela equipe péssima que ele tinha e, lamentavelmente, ele fez essa desgraça na calada da noite, mal feita, de maneira irregular, que vocês vão provar. E peço indiciamento, que eu quero ter o prazer de fazer um pronunciamento no Congresso Nacional, em uma Sessão do Congresso Nacional, para mostrar que nós temos deputados estaduais com responsabilidade e capacitados para defender o nosso Estado. E dessa forma nós vamos fazer aquilo que for possível da nossa parte na Câmara Federal.

Então eu não poderia, Deputado Pedro, pedir para que você fizesse mais essa Audiência Pública, para pressionar o Coronel Marcos Rocha, que é Governador - e que nós somos do mesmo partido, assim como é a Deputada Lebrinha, e vários deputados que ocupam assento naquele Parlamento. E nós temos quatro deputados federais, também no União Brasil, lá em Brasília.

Vamos exigir, vamos cobrar, porque, quando eu o fiz da outra vez, ele encaminhou mais uma vez. Tenho certeza, com intenção eleitoral, e mais uma vez, fez por Decreto e foi processado por isso. Porque lá na colocação do Ministério Público, doutora, o que eles dizem lá, encaminhando uma denúncia baseada em quê? "Não se revoga um Decreto de um Governo do Estado, através de outro Decreto, só pode ser revogado através de um Projeto de Lei Complementar". Isso foi falado, isso está escrito, isso foi no encaminhamento,

mas lamentavelmente, não foi o que aconteceu.

Então, tirou o sono, tirou a tranquilidade de todos vocês. Aliás, de todos nós. Nós somos unidos pelo Estado de Rondônia e vamos fazer, estamos fazendo o trabalho que precisa ser feito. E hoje, eu encerro aqui, Deputado Pedro, parabenizando Vossa Excelência! Você só conhece a força de um deputado, seja ele estadual, quando você tiver ele na sua região, e principalmente, na sua casa. Aí você vai ver o resultado da força de um deputado. Você vai ver que não são as Emendas Parlamentares, você vai ver as ações Parlamentares.

Senhor João Becker, nós, Deputada Lebrinha e Deputado Lebrão, colocamos R\$ 5 milhões, aqui esse ano. Para o próximo ano, o senhor já encaminha mais cinco, só que isso é muito pouco, perto daquilo que a população precisa da gente - que são ações, Barreto, Maninho, que já foi vereador -, ações que realmente vão de encontro com a necessidade de tudo aquilo que as pessoas esperam de nós. Nós temos que atingir o nosso objetivo maior, que é a tranquilidade, principalmente das pessoas que vivem no campo. O Brasil é o país do agro. E é a mão calejada quem carrega esse Estado e esse país nas costas, e vocês estão de parabéns.

No mais, gente, só agradecer a Deus por mais esse grande momento e nós estamos à disposição. Eu gosto de receber crítica. Falem o que quiser do Deputado Lebrão, falem mal ou fale bem, mas falem de mim. E eu não tenho medo de briga, nunca tive medo de briga com o Ibama. Eu nunca tive medo de briga com a Polícia Federal - que já tentou prender o Deputado Lebrão. É mais fácil eu prender aquele delegado vagabundo, que armou, para poder tirar o Deputado Lebrão da política, mas que não tem cacife, nem peito, para fazer isso aí. O Ibama tentou me tirar, Zoca, lá da minha profissão, que eu sou madeireiro lá em Costa Marques - o Maninho acompanhou de perto -, virou documentário internacional exibido no mundo inteiro, só não foi exibido no Brasil. Porque, quem eles queriam prender, era o Deputado Lebrão, e eu consegui fazer prender todos os funcionários do Ibama, da Gerex II e acabar com essa mazela lá em Ji-Paraná.

Eu saí da profissão, mas eles saíram da corrupção. Mas, nós estamos aqui à disposição, gente. Contem com o Deputado Lebrão; com a Deputada Lebrinha, que é minha parceira de trabalho; com a Deputada Dr^a Taíssa, que é minha filha morena e a filha loira, e com todos vocês. É uma honra muito grande. Parabéns, Deputado Pedro! Parabéns, Deputado Alex Redano!

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Parabéns, Deputado Lebrão. É com grande satisfação que a gente... O Deputado Alex já vai querer uma parte da herança, porque é filho, adotou, não é? Adotou como filho, agora faz parte da herança. Eu quero agora dar oportunidade para três pessoas que se inscreveram aqui no Cerimonial. Eu quero convidar Gilvan Barreto, pode usar a palavra por quantos minutos Deputado Alex? Cinco minutos para a gente aproveitar o

tempo, Barreto. Fique à vontade.

O SR. GIOVAN MACEDO BARRETO - Boa noite, boa noite a todos; boa noite nossas vizinhanças do Soldado da Borracha, não é? Ao pessoal que passou o "curica", com meio metro de altura por cima da ponte, é isso mesmo? Estava meio metro, ou mais? Quem veio do Soldado da Borracha, hoje? Estava passando por cima da ponte mesmo, não? Ah, tá! Eu vi o vídeo lá, eu não sabia se era de hoje, não é?

Quero cumprimentar, Deputado Pedro, toda a Assembleia Legislativa em seu nome. O Deputado Lebrão, parabéns Deputado Lebrão, é forte depoimento. E cumprimentar os nossos vereadores, em nome do Herlon ali. O Zoca, prazer em revê-lo meu amigo, está magrinho, está fitness.

Deputado Lebrão, a gente está falando aqui em nome do comércio de Cujubim, que vem sofrendo essa depressão, de ter esse nome Estação Ecológica Soldado da Borracha.

Quando se era Soldado da Borracha, e, começou aquela movimentação, já tínhamos ali extração de madeira. O Soldado da Borracha forneceu Rondônia, Deputado Lebrão, com documento, com madeira, com tudo porque é área legal, é área constituída. E a gente tinha base aqui para fornecer a todas as serrarias de Rondônia, com a riqueza de madeira que a gente tinha. E aí veio o desenvolvimento, Paulo. Veio o agro. De quando você já chegou, você está ali perto do nosso amigo Americano, que a gente falava ali.

Então, são áreas abertas ali há muitos anos e eu tenho um conhecimento porque eu tenho 17 anos trabalhando como Soldado da Borracha. Fui proprietário de oito lotes lá e hoje eu tenho um, mas escriturado e titulado. Assim, as nossas áreas sempre foram áreas legais. E esse investimento nosso foi por causa, justamente, Deputado Lebrão, da regularidade, da titularidade, das escrituras, tivemos a coragem de investir.

Infelizmente, hoje do dia para noite, o que é nosso não é nosso. Hoje não, de 2018, não é? Através dessa ação covarde, que nem a gente já falou e vocês complementaram, do nosso atual Senador e ex-governador Confúcio Moura.

Me admira, Deputado Lebrão, e parabéns por você questionar um governador do seu mesmo partido. Poucos fazem isso. "Ah, o governador é do meu partido, ele é a minha base". Eu acredito que está tendo uma omissão muito grande por parte desse atual governador, Deputado Pedro, o Marcos Rocha. Porque, cadê o secretariado aqui? Cadê a base aqui? Você mesmo falou que convidou, não? E eu não estou vendo ninguém. Então, é triste.

Eu não sei se o Confúcio Moura manda nele, se ele é omissos dos problemas de Cujubim e dessas outras 10 áreas, porém, eu acho que a gente tem uma saída, Deputado Lebrão. Esse caminho da CPI, beleza! Tudo certo. É o caminho que o Parlamento tem que traçar. As Audiências Públicas, certinho, é a parte documental

e legítima que tem que andar, mas a gente tem como cortar volta. E cortar a volta é só o Governador se posicionar, fazer esse Projeto de Lei, como é que se diz? É Lei Complementar. Fazer essa Lei Complementar, mandar para Câmara, que eu duvido, Deputado Pedro, se os 24 lá não vão votar favorável. Os 24 vão votar favorável. Vai voltar de novo para o governo, e é só ele sancionar e estar liberado o Soldado da Borracha das demais.

Porque tem áreas ali, Doutor, outras áreas, o senhor sabe que não tem documento mesmo. Cada um vai responder pelo seu processo legal. Agora, nós estamos defendendo aqui e nós somos de Cujubim e estamos defendendo o Soldado da Borracha com Título e escritura.

Deputado Pedro, só para complementar um pouquinho. Tem que se desmembrar o Soldado da Borracha dessas outras 10 áreas, Paulo. É o caminho, é a CPI correto, as Audiências Públicas, legal, o trâmite é esse. Mas, o governo pode resolver, é só ele ter atitude, é só ele se posicionar. Nós dependemos, simplesmente, do nosso Governador do Estado de Rondônia. Obrigado, gente!

O SR. LEBRÃO – Só um segundinho, Deputado Pedro. Quero agora parabenizar, o Barreto, pelas suas colocações.

Eu entendo que você falou tudo que nós queremos que aconteça: o posicionamento do governador. Aí cabe à Assembleia Legislativa, através da própria CPI ou da Comissão de Meio Ambiente, melhor na CPI. Que a CPI, primeiro, você convida, depois você convoca. E aí tem poder de Polícia, em uma Ação Coercitiva você traz o camarada para depor ali e se explicar. Eu acredito que não vai precisar disso.

Você sabe de uma coisa, Barreto? O povo trabalhador não desiste nunca. Em 2020, aqui no Município de Cujubim, tinha 196 mil cabeças de gados, não é, Maninho? Em 2024, temos 298 mil cabeças de gados. Não tem crise que resista ao trabalho.

Nós estamos passando por um momento difícil, queda no preço da carne e da arroba de boi. Eu sou pecuarista, eu sou produtor rural de soja, eu sou produtor de grãos, e nós caímos, aí, bastante o valor. Só que é o seguinte: é passageiro.

Somente a China tem seis vezes a população do Brasil. Nós tivemos um problema na gripe do porco que acabou com o rebanho do porco. Eles compraram carne até de lebre, ainda bem que eles não me acharam na época, você entendeu? E agora, não. Agora, eles já recompuseram o rebanho deles, mas agora começaram comprar grão. A China nunca importou um carrego de milho do Brasil até 2023. O ano de 2023, foi o maior importador de milho.

E daqui uns dias, vem aí a Índia, vem o Paquistão, vem esses países de grande população, e nós temos é que produzir. Agora, nós temos que fazer acontecer a segurança jurídica dos nossos produtores rurais, e não é só o Soldado da Borracha. Todas essas reservas de

Cujubim antropizadas têm que ser extinguidas e é isso que vai acontecer.

O SR. GIOVAN MACEDO BARRETO – Parabéns, deputado! Eu quero mais uma vez parabenizar e agradecer aqui a nossa oportunidade. Talvez, alguém não possa falar isso, mas eu não tenho medo nenhum.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Senhor Barreto, para concluir, para darmos o prosseguimento.

O SR. GIOVAN MACEDO BARRETO – Então, assim, eu não tenho problema nenhum em falar isso, mas desde já agradeço a oportunidade, e dizer a vocês que a gente não pode ter o medo de investir no Soldado da Borracha. Ali, Fernando é o nosso futuro. Eu sinceramente, se eu tivesse um recurso melhor, estaria comprando mais terras lá. Ninguém vai perder terra lá. E só depende do nosso representante. Obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Obrigado, Barreto. Doutor Thiago está com a palavra.

O SR. THIAGO MAFIA MIRANDA - Boa noite a todos. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Pedro Fernandes, Deputado Alex Redano, demais deputados, Deputado Federal Lebrão, para encurtar a conversa, porque eu quero respeitar o tempo de 5 minutos.

Primeiramente, cumprimentando, fazer uma declaração de reconhecimento. Eu acho que é devido um reconhecimento aos nossos representantes, que são os nossos deputados, não só os aqui presentes, mas os outros deputados. Todas as vezes que o Soldado da Borracha precisou da Assembleia Legislativa, ela esteve ao lado do Soldado da Borracha. Isso é fato. E tem que ser dito.

Qual o problema? Hoje no Brasil quem manda? Quem que manda no Brasil? É chato a gente fazer até essa pergunta, não é? Mas, todas as ações que a Assembleia Legislativa — já foi feito um relatório aqui, quem prestou atenção, não vou repetir para não ficar repetitivo —, mas a Assembleia Legislativa já atuou para derrubar o Soldado da Borracha. O Governo do Estado atuou, fez um Decreto, foi meio errado, mas ele atuou. Isso tudo vai desaguar no Tribunal de Justiça de Rondônia, infelizmente.

Os deputados, eles fazem a parte deles, mas vai lá, o MP - Ministério Público do Estado vai lá, entra com uma ADIN, no outro dia eles derrubam. Um trabalho inglório, parecendo enxugar gelo. Já faz quatro anos que eu estou acompanhando e já estou meio aborrecido. Mas, eu queria só uma situação e depois, por fim, fazer um pedido aos nossos deputados.

Todas as ações que foram ajuizadas pelo Ministério Público do Estado contra esses atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo Estadual, que foi o Decreto, o Tribunal de Justiça se manifestou nos seguintes termos: uma reserva pode ser revogada?

Pode. Uma reserva, para ser revogada, precisa de quê? Já foi dito, nós temos um mapa. O que precisa para ser revogada uma reserva? Primeiro, tem que ser por meio de lei. O Governador editou um Decreto. Não durou um final de semana. Editou numa sexta-feira, na segunda-feira caiu. Então, tem que ser por meio de Lei. Mas a Assembleia Legislativa já aprovou a lei. A Lei Complementar 999/2018 já foi aprovada, foi derrubada, declarou inconstitucional. A Ministra Carmen Lúcia recentemente deu a liminar lá monocraticamente. A Assembleia Legislativa recorreu. Já tem um acórdão, que eu estou com ele em mão aqui, já acabou. Infelizmente. Foi unânime lá no Supremo. Perdemos.

Essa ADIN de agora já foi julgada. Já foi julgada. Tenho aqui o Acórdão. Aí, o que esse acórdão fala? Eu só gostaria de ler esse Acórdão aqui, 2 linhas aqui, unânime, o Pleno do Tribunal de Justiça falando: "O reconhecimento da constitucionalidade do ato de criação da Estação Ecológica Soldado da Borracha, bem como de sua relevância para o bioma amazônico, impede nova discussão sem que sobrevenham novos estudos que autorizem a reabertura do debate político".

Isso foi do dia 27 de março de 2024, ontem. Então, em março, já fez seis anos do Decreto lá do Confúcio também. Então, assim, o mapa está dado. É difícil? É. Mas, o que precisamos? Primeiro, o Governador do Estado falar: "vamos fazer um estudo de impacto socioeconômico ambiental".

"Ah, Doutor Thiago, mas aí será que o Governador vai fazer?" Em 2022, eu, o Zoca, o Pastor Francisco e outras pessoas estivemos lá na Rondônia Rural Show, porque o Governador não nos atende. É verdade. Tem que ser o nosso aliado. Nós precisamos dele. Mas, ele não nos atende.

Mas em 2022, dois anos atrás, nós fomos lá. Precisamos levantar faixa, reclamando para ele nos atender. Ele nos atendeu. E ele se comprometeu — eu estou aqui com a Ata da reunião — em fazer o estudo, 22 de maio de 2022, vai fazer dois anos já, e o estudo, pelo que me consta, não tem nenhuma vírgula ainda.

Dito isso, é simples: precisamos do estudo. Então, precisamos do Governador. Não adianta eu vir aqui e pedir alguma coisa para os deputados fazerem. Não adianta. O que os deputados precisam fazer, eles fazem. Mas, precisa do Governador do Estado fazer o estudo, porque se fizer uma lei também sem um estudo, faz na sexta-feira e na segunda-feira cai. É a verdade, infelizmente.

Aí vem agora o meu pedido para o Deputado Pedro, para o Deputado Alex, que marquem, que agendem uma reunião com a liderança aqui, poucas pessoas, com o Governador. Pois quem manda é o Governador. Se o Governador falar "eu vou fazer o estudo", e com o estudo mandar o Projeto de Lei, aí a ordem tem que ser de cima para baixo. Não adianta ir lá com o Secretário da Sedam... Olha, o Secretário da Sedam, o Secretário Adjunto, estava nessa Reunião, que é o mesmo de hoje.

Então, assim, o Governador tem que se

sensibilizar, ou também vir e falar "não, eu não vou fazer o estudo, não estou nem aí." Daí... enfim! Mas, tem que vir dele. "Governador, você vai fazer o estudo?" Nós precisamos disso. Se vai, vai. Se não vai, também já fala".

E o que é o nosso pedido? Eu estou aqui, eu sou advogado, mas eu sou proprietário também. Então, eu estou falando aqui não como advogado, mas como uma pessoa atingida. Qual o meu pedido, representando os pedidos dos demais? Que marquem uma reunião com o Governador. Nós vamos, com toda a educação, expor. Ele já conhece a situação, e ele falar se tem a possibilidade de fazer esse estudo e dar efetividade.

A Assembleia Legislativa pode auxiliar também por meio de emenda, porque o estudo tem um custo. Penso que não é um custo alto, mas tem um custo; talvez subsidiar uma emenda para fazer esse estudo.

E esse estudo tem que ser feito pelo Estado e pela Sedam. Porque a lei estadual, tem o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) Federal, mas tem a lei estadual das unidades de conservação. Ela dispõe que esse estudo tem que ser feito pelo órgão ambiental gestor que é a Sedam. É difícil a Sedam fazer um estudo falando que tem que extinguir uma reserva? Eu diria que é "quase" impossível. Mas, impossível não é. A briga é essa.

Hoje, nós vivemos aí em uma ideologia ambiental mundial em que 99,99% das pessoas são ambientalistas, consciente ou inconscientemente. Então, essa é a briga. Infelizmente é uma briga muito difícil. Nossos deputados sempre estão do nosso lado aqui e fica esse pedido: uma agenda com o Governador diretamente para que nós possamos fazer esse pedido para ele. Muito obrigado pela atenção.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) — Parabéns, Doutor Thiago, pelo encaminhamento. Nós vamos fazer o encaminhamento dessa Audiência Pública para tratar desse tema.

Quero convidar agora o senhor Raimundo Montel, um pioneiro aqui de Cujubim, que também pediu para falar sobre o assunto.

O SR. RAIMUNDO MARTINS MONTEL - Boa noite a todos. Em nome do Deputado Pedro, eu cumprimento todos da Mesa.

A questão que eu vou trazer aqui, deputado... O nosso Deputado Lebrão está aí, no nosso Parlamento em Brasília. E, agora, esses dias, dia 15 de janeiro, todas as áreas — B-90, Leste Mato Grosso, Linha Corrente e outras áreas -, foi criado o Decreto 11.688 e a PEC 486, criando uma reserva, não é reserva, são áreas públicas federais dentro daquelas áreas em que nós estamos, já tituladas. E impedem, hoje, de nós fazermos o financiamento, fazermos o custeio. Através do que foi encaminhado lá para o Tesouro Nacional e aos bancos, Banco da Amazônia, Banco do Brasil, todos esses, hoje, não fazem mais custeio e nem financiamento.

Eu estava vendo aqui o Paulo falando a respeito,

mostrando a situação do Soldado da Borracha, e eu ali só observando, porque eu tenho 40 anos na Linha Corrente e tenho o Título daquela terra. Moro ali naquela terra. O Deputado Pedro sabe onde eu moro. E hoje nós estamos impedidos de fazer o custeio, de fazer o financiamento. E, lá, fala o seguinte no Decreto: que eles podem ser entregues, essas áreas que foram floresta pública, para índios ou quilombolas ou tradicionais locais.

Então, aproveitando essa oportunidade que todos estão aqui, são nossos representantes, eu trago essa questão para que os senhores possam olhar com cuidado, porque o Município de Cujubim, hoje, está numa situação crítica. Porque tem mais ou menos uns 70% dos financiamentos que vencem agora e não pode fazer um custeio, não pode fazer o financiamento.

Deputado Lebrão, como o senhor é um Deputado Federal, eu gostaria que o senhor olhasse isso com cuidado, lá em Brasília, porque isso é um Decreto federal. É muito difícil para, por exemplo, para nós, agricultores, que vivemos em cima de uma terra há 40 anos, igual eu vivo, chegar num momento desse, numa situação dessa.

Se você quiser ver, eu até grifei aqui o que está falando a respeito do Decreto. Se você quiser olhar, ou você sabe, entendeu? Então, eu quero realmente que vocês encaminhem, através do Deputado Pedro, que é da Comissão do Meio Ambiente, para que resolva essa situação, porque é muito povo do Cujubim. Só, eu conversando com o povo do Cujubim, da Linha B-90, Leste Mato Grosso, tem mais ou menos umas 500 famílias que estão nessa situação.

O SR. LEBRÃO – Todo o Decreto, todas as ações, Deputado Pedro, que vieram para prejudicar — nós estamos ligados ao CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), inclusive o Edson Afonso, ele está sempre em sintonia comigo —; e vai ser derrubado tudo isso aí. Não vai passar nenhuma. E as que estão vencendo, todas elas vão ser revogadas agora.

Então, nós estamos atentos a todas as agendas que nós temos hoje no Congresso Nacional. Tanta na Câmara dos Deputados, como no Senado. Só para você ter uma ideia, hoje, as reuniões, agora não são iguais como era na legislatura passada. Se você faltar, é descontado do seu pagamento. Então a ação é contínua. E o senhor acompanhou, quando nós derrubamos o Veto do Presidente da República, aí vocês conheceram a força da bancada ruralista. Mais de 300 votos.

Outra coisa, o meu Presidente da associação apresentou todas as cláusulas resolutivas que existiam no Título. Não existe mais nenhuma cláusula resolutiva no Título. Todos os Títulos que estão sendo expedidos aqui para frente, você pode pegar o Título da sua propriedade hoje e vender ela amanhã. Você só vai pagar aquele valor venal em cima dos módulos, da quantidade da terra que você tem. E ele já vem liberado. Então isso nós estamos cuidando muito lá na Câmara Federal para que a gente possa acabar com tudo isso que vem prejudicando principalmente o agro. Porque o agro é

aquilo que eu disse no meu pronunciamento, é quem está mantendo esse país vivo. Chama-se agronegócio. Está aqui, deputada de Guajará-Mirim, 93% do município em reserva florestal. Isso é um crime de lesa município contra Guajará-Mirim. O que estão fazendo em cima do Código Florestal é um crime de lesa Estado, no Estado de Rondônia, de lesa região Norte, que é o Norte inteiro do Brasil.

Então vocês vão ver muita coisa acontecer, que já está acontecendo, mas que não acontece do dia para a noite. É gradativo, mas daqui para frente o Brasil, aliás já começou a mudar.

Vou dizer um negócio para vocês aqui, já que nós estamos, já muita gente foi embora, mas tenho que falar isso aqui, aproveitar esse espaço. Suiu uma solicitação, um pedido de impeachment em cima do Presidente Lula. Por que esse pedido de impeachment? Porque lá na Faixa de Gaza ele fez um pronunciamento que tem um genocídio lá. Todos nós sabemos que tem um genocídio na Faixa de Gaza. Mas, o que o Brasil tem que se meter na Faixa de Gaza? Foi o suficiente para um grupo radical nosso, de direita, para poder jogar para a galera, Barreto, jogar para o povão. Vamos pegar assinatura, vamos provocar um impeachment e vamos cassar o Presidente da República. Baseado em quê? Baseado em um Regimento que não dá essa condição; baseado na Constituição que não permite que isso aconteça em cima de uma opinião de qualquer pessoa.

E outra coisa mais, quem presidiria o impeachment de um Presidente? O Presidente do Supremo Tribunal Federal. Resumindo, o "Xandão". Vocês imaginam o que ia acontecer, não é? Nada. E aí? Mas, suponhamos que tivesse um problema interno, dentro do Brasil, e que coubesse o impeachment do Presidente Lula. Vocês sabem quando que eu votaria nisso em 2024? Nunca! E por que eu não votaria nunca? "Ah, o Lebrão é de esquerda." De esquerda não. Eu tenho seis mandatos — um no Executivo, cinco no Legislativo —, mas eu não vou enganar o eleitor que votou em mim. Eu não vou jogar para a galera para tentar angariar voto onde é impossível de acontecer. Porque se acontecesse o impeachment do Presidente Lula, dentro de 2024, não é o Alckmin que assumiria. Iria se abrir uma nova eleição ou outra eleição, Marinho, e você sabe disso. Político que tem experiência sabe disso aí. E aí quem ganharia de novo? PT. Ganharia o PT de novo. O prejuízo era nosso, Barreto.

Então, você tem que fazer com responsabilidade. Deixa acontecer dia 1º de janeiro de 2025, vocês vão saber quem é o Deputado Lebrão. Agora, eu não vou sair lá para a galera chamando o Lula de descondenado, de ladrão. Todo mundo sabe que o Lula é ladrão e é descondenado. Não é segredo para ninguém. É segredo para o Lebrão? Não. Mas, por que eu vou pegar a tribuna do Parlamento Federal e ficar chamando ele, sendo que ele é o Presidente da República?

E de onde é que eu vou buscar recurso hoje? É do Bolsonaro? Votei no Bolsonaro na primeira, na segunda vez, e nós perdemos a eleição. E aí o que

acontece? Aqui, olha, R\$ 5 milhões para Cujubim. Eu liberei esse ano de 2024 para o Estado de Rondônia R\$ 100 milhões, R\$ 100 milhões. E aí tem deputado que vai lá chamar ele "não sei do que", "não sei do que lá" e não consegue liberar nem as emendas impositivas. Eu não sou idiota e eu não tenho vaidade política. Eu sou político até a hora que eu deseje ser político.

Eu praticamente encerrei minha carreira. Eu já tinha encerrado minha carreira. Eu já não era mais, já não fui candidato para me eleger mais, mas a força do destino com o amparo de Deus me colocou lá. E por que me colocou lá? Eu não fiz campanha, eu não fiz reunião em lugar nenhum, não fiz reunião em Cujubim, não fiz reunião em lugar nenhum. E aí, por que eu cheguei, Barreto? Eu cheguei porque até aqui, no Estado de Rondônia, eu vim nos ombros de gigantes, gigantes parceiros do Estado de Rondônia que acreditavam no Deputado Lebrão; mas sem dúvida nenhuma sentado na palma da mão de Deus. E o resultado é o que vocês vão ver acontecer.

Vocês vão ver alteração no Código Florestal que nunca ninguém conseguiu aprovar, pois eu vou dizer para vocês que eu vou aprovar. Entendeu? Já aconteceu aqui na 319. Crédito de carbono já está pensado, o meu projeto é pensado 100% acatado e aprovado, um projeto do Senado. Eu vou fazer o meu trabalho.

Então, você vê lá, radicais de direita, radicais de esquerda. Eu digo para vocês, pega, eu vou brincar aqui, pega o "Chupetinha", vocês sabem quem é o "Chupetinha"? O "Chupetinha" vai ser Presidente da República. Porque o povo vai votar nele e vai se arrebrantar depois. Igual se arrebrantou com o Collor de Mello. Pega Abílio Brunini e pega outros, para não ficar falando nome que é até deselegante, soma esses "caras" que estão no segundo mandato, soma todos eles juntos. Se eles apresentaram na história política deles, até agora, o que eu apresentei em um ano e quatro meses, eu renuncio meu mandato amanhã, pode trazer aqui que eu renuncio.

Eu tenho 150 proposições de projeto andando no Congresso Nacional e todos eles vêm para melhorar, principalmente, o Estado de Rondônia. Não é Deputado Lebrão, é a equipe que incorpora, Doutor Doca; que incorpora o gabinete da Deputada Lebrinha; dos prefeitos que são meus amigos; dos vereadores que encaminham para mim e nós vamos estudar e trabalhar para poder melhorar.

Então, é desse jeito que funciona. E tudo aquilo que está acontecendo que é a sua preocupação é a minha preocupação. E eu ainda estou com um problema, hoje, que eu fiquei surdo de um ouvido. Eu não estou escutando desse lado aqui, direito. Então, tem hora que eu viro, mas não entendo muito bem a pergunta e para acabar de me atrapalhar, eu estou com um bicho-de-pé me incomodando demais aqui.

Então, eu não estou nem de botina hoje. Hoje eu estou de chinelo. Mas, nós estamos lá, meu amigo, é descalço, é vestido, é de qualquer jeito, mas nós estamos lá para fazer o nosso trabalho. Vou fazer da

melhor forma possível. Se eu vou agradar nós ficamos sabendo depois, quem fala é a história.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Muito bem Deputado Lebrão, parabéns.

O SR. RAIMUNDO MARTINS MONTEL - Deputado Lebrão, muito obrigado, porque isso aí tira o sono. Porque você já pensou, você estar há 40 anos no lote. Eu vou fazer 70 anos. Hoje, para eu desfrutar do que eu já trabalhei tanto, aí vem essa tal floresta pública, tipo B, proibindo você de fazer financiamento, de você ter uma vida mais confortável. Mas, muito obrigado. E eu confio em vocês para que isso, muito em breve, seja retornado para nós. Muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) – Parabéns ao senhor Raimundo Montel por levantar esse tema. Uma Resolução do Banco Central que atinge várias áreas aqui no Estado de Rondônia, como o Deputado Lebrão falou, um Decreto Legislativo vai sustar, porque uma Resolução não tem força contra uma ação do Congresso Nacional. A bancada ruralista - o centrão no Brasil -, é uma das bancadas mais fortes e essas pautas que vêm atingir a produção, não prosperam. Parabéns. Vamos para o encerramento da nossa Audiência Pública. Quero agradecer a Deus por tudo o que nós passamos aqui. Foi uma importante reunião, uma importante Audiência Pública. Vamos fazer os encaminhamentos pertinentes, junto na Assembleia, com os pares.

E antes de encerrar, eu preciso que o Doutor Doca deixe registrado aqui alguns questionamentos sobre a CPI. A gente vai deixar registrado apesar que a maioria das pessoas já foram, mas é importante, não é, Doutor Doca?

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) – Cumprimentá-los mais uma vez, já o fiz anteriormente na reunião da Comissão, a todos os presentes, os deputados e os demais componentes da Mesa. Eu ouvi atentamente todos os pronunciamentos. Eu iria fazer um breve resumo de todo o ocorrido, mas já foi levantado da tribuna e o próprio Doutor Thiago também trouxe uma explanação, dessas questões do surgimento dessas Unidades de Conservação. Então, eu vou ser mais preciso em relação à CPI.

Eu observo que a colocação do Doutor Thiago é perfeita. Por quê? Porque nós temos que andar. Nós lembramos que uma Lei Complementar foi feita lá em 2018, a Lei nº 999, em que o Governador Daniel Pereira encaminhou um Projeto de Lei Complementar, já cumprindo a determinação da Emenda Constitucional para desafetar, escute bem essa terminologia, desafetar o Soldado da Borracha.

Naquela oportunidade os demais deputados, o Deputado Lebrão era legislador, os deputados incluíram naquele Projeto de Lei Complementar as demais Unidades de Conservação, as outras 10. O Governador vetou, sancionou a lei apenas com o artigo que desafetava o

Soldado da Borracha, e devolveu o Veto. A Assembleia Legislativa derrubou o Veto e promulgou o restante da Lei Complementar nº 999 com as demais.

A discussão dessa matéria no Judiciário foi interessante porque, vejam, que o voto do relator, na oportunidade, por sinal um voto muito bem subsidiado, muito bem explanado, com dados de Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), dados financeiros, dados econômicos, ecológicos. O voto do relator foi vencido. Mas, salvo engano, eu não sei precisar, mas foi dezesseis a cinco, naquela oportunidade. Não houve a unanimidade do Pleno naquela oportunidade em relação, observem bem, ao Soldado da Borracha. Aos demais, não foi a unanimidade, porque foram inclusos. Mas observem, quem é do mundo jurídico aqui, operador do Direito, a terminologia. Porque o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia tem como consolidada a criação dessas reservas, que os Decretos criaram essas 11 Unidades de Conservação. E daí, para alterar a Unidade de Conservação toda ela, é necessário Lei Complementar e o estudo que diga, que indique, aquele estudo está indicando que aquela área hoje não tem mais condição de ser, por isso, por isso. Com esse estudo, feito pela Sedam.

O papel da CPI aqui não é desafetar essas unidades. O que a CPI, não é que ela está buscando, ela está investigando indícios fortíssimos de que a construção dos processos é viciada. É feita mediante fraude. O que nós ouvimos hoje aqui da tribuna, do depoimento do Paulo com o que se encontra nos autos do Soldado da Borracha, é fraude.

Nós temos um elenco de pessoas aqui que procurado para cada um dos depoentes na data de hoje para CPI, que indicam que nunca teve na porta deles, na casa deles, ninguém fazendo qualquer estudo. Mas, nós temos um relatório dentro dos processos administrativos, porque para o surgimento dessa Unidade de Conservação tem que ter o estudo. Para criação dela também é necessário esse estudo, e está lá dentro o estudo. E eu vou dizer aos senhores, apócrifos, sem assinatura, mas tem o elenco dos técnicos que participaram dos estudos, isso é claro.

Ora, se você não foi fazer o estudo e disse que foi, esse documento produzido por consequência é fraudulento, é nulo. E nós sabemos que todo e qualquer ato público produzido mediante fraude é nulo, para todos os efeitos, a qualquer tempo. É nulidade absoluta, é matéria de ordem pública.

O que a CPI busca é investigar a ocorrência dessa fraude, desse vício e deixar ele claro para encaminhar. Eu vou dizer aqui ao Deputado Lebrão que me antecedeu, encaminhamento inclusive para a Polícia Federal investigar. Qual a razão de criar no Soldado da Borracha, aqui com tantas áreas, com um Título de propriedade há mais de 30 anos, pessoas que como já foi relatado aqui, nasceram lá dentro, morreram lá dentro, os filhos herdaram aquela propriedade do Soldado da Borracha. Ora, mas ele não desmatou. E daí? Ele tem o Título para produzir. Se ele não desmatou até um marco

temporal de 1988, ele pode fazê-lo agora, 20% que o Código Florestal permite.

Então, veja bem, nós temos essas duas frentes, essa que o Doutor Thiago indicou, sugeriu de trabalhar um estudo para um novo Projeto de Lei. Mas, vejamos que já está nesse caminho, por esse norte, estamos a dizer que o projeto, que o processo, que todo o trabalho feito administrativamente do Soldado da Borracha está validado. O Tribunal tem essa convicção.

Nós precisamos é demonstrar ao Ministério Público e, ao final dessa CPI, temos, como eu diria, várias recomendações. Porque a CPI não tem papel prender ninguém. Ela tem que investigar e recomendar ao órgão competente para que exerça aquilo de direito. Mas, nós temos o nosso aparato jurídico da Assembleia Legislativa e, desta vez, com recomendação da CPI do relatório, porque nós temos uma ação anulatória própria.

Esse ato de criação eivado de tantos vícios, claramente com depoimento, porque nós vamos ouvir o Coronel Wilson. Nós vamos ouvir a moça que encaminhou o documento para ser publicado no dia 22. Ela faz um despacho, o processo encaminhando no rito do processual – e, graças a isso, que é o Sistema SEI (Sistema Eletrônico de Informações) que registra hora, data e o momento em que você movimenta o processo -, encaminhando para a assinatura do Governador e ao Coronel Wilson dia 22. E o Decreto já teria sido publicado no dia 20.

“Doutor, mas isso é uma mera irregularidade.” Não é. Sentença de juiz sem publicação não tem validade. Sentença apócrifa, documento apócrifo não tem validade. “Mas, é só isso?” Não, não é só isso. Acabamos de ver uma fraude aqui, demonstrada com as pessoas. Agora nós vamos ouvir depois, posteriormente, aquelas pessoas que disseram que estiveram aqui, que estiveram aqui e realizaram os estudos. Estudos técnicos - olha, veja bem -, estudos técnicos com quesitos que indicam que deveriam ser uma Unidade de Conservação do mais alto grau de rigidez, que é uma Estação Ecológica, que sequer você pode trafegar por ali.

Então, o papel da CPI vai ser aclarar isso e encaminhar aos órgãos competentes. Ok? Eu só queria esclarecer isso aí.

Agradecer a todos, e muito obrigado ao Presidente, ao relator, ao Deputado Federal Lebrão, pelas palavras de carinho. Quero estar aqui sempre colaborando. Muito obrigado, e tenham uma boa noite.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Doutor Doca, quero agradecer, sempre nos apoiando, contribuindo muito com a sua experiência e também sua expertise nessa área ambiental há muitos anos, dando assessoria ali na Assembleia Legislativa.

Vamos para o encerramento.

Quero agradecer a presença da Tenente Doré, do senhor João Becker, nosso prefeito. Agradecer a presença da Deputada Lebrinha, do Deputado Federal Lebrão, que está dando sua contribuição aqui. Agradecer a presença da Deputada Dr^a Taíssa, do Deputado Alex

Redano. Agradecer a presença da minha irmã, Doutora Corina, uma experiente advogada na área ambiental também — sempre eu tiro dúvidas com ela no “0800”, sempre ela tem me ajudado. O Paulo, que também contribuiu muito; e a todos vocês que estiveram aqui presentes até uma hora dessas.

Eu acredito aqui que tivemos êxito nessa nossa reunião da Comissão. Tivemos depoimentos importantes, e também na Audiência Pública. Vamos fazer os encaminhamentos e através da nossa Comissão de Meio Ambiente e através da Assembleia Legislativa, a gente vai fazer a convocação dos que não estiveram aqui presentes para que possamos passar todos os acontecimentos, aqui, para conhecimento e também para alimentar o nosso processo da nossa CPI.

Então, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva e de todos que acompanharam esta ilustre solenidade.

Então, declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejo uma excelente noite a todos. Que Deus os abençoe!

(Encerra-se esta Audiência Pública às 22 horas e 22 minutos)

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 1037/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

EDIVANIA GONÇALVES DA SILVA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Executivo, código DAG-02, do Gabinete da Presidência, a contar de 30 de abril de 2024.

Porto Velho, 06 de maio de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0203048

ATO Nº 1051/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de

fevereiro, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão da servidora **GABRIELE FAUSTINO CAMPOS**, matrícula nº 200174991, Assessor Parlamentar, para o código AP-16, do Gabinete da Deputada Dr^a Taissa, a contar de 02 de maio de 2024.

Porto Velho, 07 de maio de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0204121

ATO Nº 1052/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

A pedido, a servidora **JANAINA LOPES FERREIRA**, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-17, do Gabinete da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente, da Mulher e do Idoso, a contar de 02 de maio de 2024.

Porto Velho, 07 de maio de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0204173

ATO Nº 1047/2024-SUP-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e considerando o Processo SEI nº 100.030.000085/2024-07, resolve:

DESIGNAR:

A servidora **JAQUELINE BELMIRO ROSA PEGO**, matrícula nº 200175226, ocupante do Cargo de Chefe de Divisão, como Gestora do Contrato nº 015/2020/ALE, Processo SEI nº 100.012.000007/2023-31, em substituição a servidora **CLEICIANE FEITOSA GALDINO**, a contar de 30 de abril de 2024.

Porto Velho, 07 de maio de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral ALE/RO
SEI nº 0203850

ATO Nº 1048/2024-SUP-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e considerando o Processo SEI nº 100.030.000085/2024-07, resolve:

DESIGNAR:

A servidora **MADALENA DE SOUZA ALVES**, matrícula nº 200175098, ocupante do Cargo de Assessor Especial, como Fiscal do Contrato nº 015/2020/ALE, Processo SEI nº 100.012.000007/2023-31, em substituição a servidora **JAQUELINE BELMIRO ROSA PEGO**, a contar de 30 de abril de 2024.

Porto Velho, 07 de maio de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0203855

ATO Nº 1050/2024-SUP-RH/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

ALTERAR

A referência do Cargo em Comissão do servidor **RAINER LIMA ALMEIDA**, matrícula nº 200175321, Assessor Técnico, para o código AT-17, do Gabinete da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente, da Mulher e do Idoso, a contar de 02 de maio de 2024.

Porto Velho, 07 de maio de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0204044

ATO DE DIÁRIA Nº 0203884/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 07 (sete) diárias aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO ao município de Ji-Paraná/RO, no período de 07/05/2024 a 13/05/2024, com a finalidade de acompanhar o início da montagem da estrutura da Rondônia Rural Show, para proporcionar instalações adequadas para receber a população no stand a ser ocupado pela ALE/RO, no evento, conforme processo nº 100.024.000034/2024-56.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200174122	Felipe Júlio Barros Ferreira	Assessor de Direção	Departamento de Engenharia
200173509	Jonatan Dias campos	Diretor de Departamento	Departamento de Arquitetura e urbanismo

Porto Velho, 07 de maio de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral
SEI nº 0203884

ATO DE DIÁRIA Nº 0203872/2024-SUP-RH/DEP-PREV/DGPEC/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 486, de 18 de agosto de 2021, e suas alterações;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho/RO ao município de Ji-Paraná/RO, no período de 07/05/2024 a 09/05/2024, com a finalidade de acompanhar o início da montagem da estrutura da Rondônia Rural Show, para proporcionar instalações adequadas para receber a população no stand a ser ocupado pela ALE/RO, no evento, conforme processo nº 100.024.000033/2024-10.

Matrícula	Nome	Cargo	Lotação
200173296	André Luiz Gurgel do Amaral	Sec. de Eng. e Arquitetura	Secretaria de Eng. e Arquitetura

Porto Velho, 07 de maio de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVASecretário-Geral
SEI nº 0203872**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO****Processo Administrativo nº 100.030.000076/2024-16**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – ALE/RO** torna público aos interessados que, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº. 11.871/2023, contratará, por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, a empresa MAKING OF CASADE BELEZA CABELEIREIROS LTDA, inscrita no CNPJ nº 40.910.609/0001-12, com endereço na Rua Marcos Aurelio Gusman, nº 851, Bairro Olaria, CEP: 76.801-228 - Porto Velho/RO, com vista à contratação de serviços de salão de beleza, em comemoração alusiva ao dia das mães, no valor de **R\$ 12.400,00 (doze mil e quatrocentos reais)** conforme consta nos autos do processo supracitado.

Porto Velho - RO, 07 de maio de 2024.

ARILDO LOPES DA SILVA

Secretário Geral – ALE/RO